



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAL

CONCORRÊNCIA

Conselho Regional de Medicina de Rondônia

CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

Processo Administrativo nº 25.22.000002650-0

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE RONDONIA, CNPJ 15.848.351/0001-24, por meio do Setor de Compras, sediado na AV. DOS IMIGRANTES, 3414, CRM-RO, bairro LIBERDADE, na cidade de PORTO VELHO/RO , CEP 76803-850, E-MAIL: licitacao@cremero.org.br realizará licitação, na modalidade concorrência, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 07/07/2026

Hora Inicial: 10:00 (Horário de Brasília).

Valor: R\$ 4.803.934,70 (quatro milhões oitocentos e três mil novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos).

Processo: SEI - 25.22.000000454-9

UASG: 389179

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para execução da reforma da sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, compreendendo serviços de engenharia civil, instalações prediais, adequações estruturais, acessibilidade, climatização, cabeamento estruturado, sistemas de prevenção e combate a incêndio, esquadrias, acabamentos e demais intervenções previstas nos projetos executivos, memoriais descritivos e documentos técnicos integrantes da contratação. A execução compreenderá o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, testes, laudos, comissionamentos e todos os recursos necessários à completa execução da obra. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos em atenção o **Item 22 do Projeto Básico** anexo I deste Edital;

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente,



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. sociedades cooperativas;

2.7.12. pessoas físicas;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado de valor: R\$ 4.803.934,70 (quatro milhões oitocentos e três mil novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos) da presente contratação **NÃO** será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. Proposta deverá cumprir os **ITENS 9.2, 10, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5 do Projeto Básico – Anexo I deste Edital.**

4.1.2. A proposta deverá conter todas as planilhas devidamente preenchidas contidas no link: https://drive.google.com/drive/folders/1Dr31P8NrUFBww878r534IBWzoahBBg-M?usp=drive_link, na pasta **(planilhas para preenchimento de propostas)** e sua apresentação deverá ser enviada preferencialmente em PDF.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório a declaração;

4.3.2. *não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;*

4.3.3. *não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;*

4.3.4. *cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*

4.4. *No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.*

4.4.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, ou empresa de pequeno porte.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;
- 4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.17. Em caso de lance manifestamente clara inexequibilidade, significativamente inferior ao valor estimado e expresso na licitação, o Agente de Contratação poderá promover a exclusão do lance. Com base no Art. 59 Inciso III da Lei 14.133.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

5.1.2. Proposta deve conter o valor Global, e acompanhar;

- Planilha Orçamentária Analítica;
- Cronograma Físico e Financeiro e;
- Garantia da Proposta. conforme

Link de acesso aos projetos, planilhas e documentos técnicos:

https://drive.google.com/drive/folders/1Dr31P8NrUFBww878r534IBWzoahBBg-M?usp=drive_link

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante. A contratada deverá considerar, na formulação de sua proposta e na execução dos serviços, todas as condições operacionais, logísticas, técnicas e de acesso relacionadas ao local da obra, responsabilizando-se pelas providências necessárias à adequada execução contratual. [Conforme item 8.1 do projeto básico.](#)

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3.1. [Conforme Item 9.2.](#) do projeto básico, na proposta comercial deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução contratual, incluindo, mas não se limitando a:

- mão de obra;
- materiais, insumos e equipamentos;
- ferramentas e instrumentos de trabalho;
- transporte, fretes e logística operacional;
- seguros; tributos, taxas e contribuições;
- encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- despesas administrativas e administração local da obra;
- mobilização e desmobilização de equipes e canteiro;
- alimentação, hospedagem e diárias;
- sinalização, isolamento e proteção das áreas em intervenção;
- fornecimento de EPIs e EPCs;
- destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- testes, laudos, certificações e comissionamentos;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- custos relacionados à execução faseada da obra e à manutenção parcial das atividades administrativas do CREMERO;
- demais despesas necessárias à integral e adequada execução dos serviços.

5.3.2. A proposta deverá considerar integralmente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, condições operacionais da edificação e demais documentos integrantes da contratação, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento das condições da obra.

5.3.3. Em razão do regime de empreitada por preço global, a licitante deverá considerar, na formulação de sua proposta, todos os quantitativos, métodos executivos, logística operacional, mobilização de equipes, fornecimento de materiais e demais custos necessários à completa execução do objeto, conforme os documentos técnicos integrantes da contratação.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. **Conforme ITEM 10 do projeto básico** (anexo I neste Edital), é exigido a **garantia da proposta** deverá ser apresentada juntamente com a proposta, até a data e horário designados para a realização da sessão pública, podendo ser prestada, a critério do licitante, em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total-global do item.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: Item Único R\$ 100,00.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. No modo de disputa “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

6.15. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação o aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. ATENÇÃO: Esta compra é de órgão ou entidade da esfera federal, motivo pelo qual não se aplica o critério de desempate previsto no § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021.

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (QUATRO) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3.1. A licitante deverá apresentar as certidões supracitadas ou declarações.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no projeto básico;

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. De acordo com o Art. 59 § 4º da Lei 14.133 de 2021, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Poderá ser aplicado pelo agente de contratação garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

7.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o projeto básico exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no agente de contratação, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no projeto básico.

7.21.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133, de 2021;

7.23. O agente de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.24. O agente de contratação concederá o prazo de no mínimo 2 horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no [Projeto Básico no ITEM 12](#), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Conforme item 12 do projeto básico, a qualificação técnica é uma exigência especificamente a apresentação de atestados de capacidade técnica na prestação do mesmo serviço ou semelhantes.

8.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Apresentar a garantia da proposta.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou através do sistema de compras.gov.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

8.12. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (QUATRO) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do projeto básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do agente de contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 4 (quatro) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá quando exigido, apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico compras.gov.br

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.16. Outras sanções que corroboram estão contidas no [ITEM 19 do projeto básico](#) (Anexo I deste Edital)

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: LICITACAO@CREMERO.ORG.BR

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Cremero.org.br/licitação.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos, também disponível no **Link de acesso aos projetos, planilhas e documentos técnicos:**
[25.22.000002650-0 REFORMA CREMERO 2026 - Google Drive](https://drive.google.com/drive/folders/25.22.000002650-0):

13.11.1. ANEXO I – Projeto Básico.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Minuta de Contrato;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – matriz de Riscos;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 13.11.1.3. Apêndice do Anexo I - Modelo de Declaração de Vistoria;
 - 13.11.1.4. Apêndice do Anexo I - Modelo de Disponibilidade de pessoal técnico;
 - 13.11.1.5. Apêndice do Anexo I – Modelo de carta Proposta de licitante;
 - 13.11.1.6. Apêndice do Anexo I – Modelo de boletim de medição de Obra;
 - 13.11.1.7. Apêndice do Anexo I – Modelo de Diário de Obra;
 - 13.11.1.9. Demais ANEXOS COMO:
 - PLANILHA PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;
 - Memorial Descritivo e planilha para proposta;
 - Cronograma Físico e Financeiro;
 - Curva ABC de Insumos de Serviços;
 - Composição de BDI;
 - ART/RRT e Documentos Técnicos Complementares
- Disponíveis em: [25.22.000002650-0 REFORMA CREMERO 2026 - Google Drive.](https://drive.google.com/drive/folders/25.22.000002650-0)
- 13.12. Anexo - Plano de Contingência para execução da reforma do Cremero; e;
 - 13.13. Anexo - Esclarecimento sobre dispensa de serviços de Sondagem.

Porto Velho, 29 de maio de 2026

.....

João Paulo Cuadal Soares
Presidente do Cremero

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RO

PROJETO BÁSICO OBRAS 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	389179-CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RO	LARISSA KLINGENFUS MOITINHO	28/05/2026 14:33 (v 0.33)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		25.22.000002650-0

Objeto

INTRODUÇÃO

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO é autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº 3.268/1957, com competência legal para fiscalizar o exercício da medicina no âmbito do Estado de Rondônia, bem como promover ações institucionais relacionadas ao adequado funcionamento dos serviços médicos e ao interesse público.

O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas, visando consolidar os elementos técnicos, administrativos, operacionais e financeiros necessários à contratação de empresa especializada para execução da reforma da sede administrativa do CREMERO.

A elaboração deste documento busca assegurar adequado planejamento da contratação, definição precisa do objeto, gestão de riscos, estimativa de custos, critérios de execução, fiscalização contratual, sustentabilidade, governança e atendimento ao interesse público, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução da reforma da sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, compreendendo serviços de engenharia civil, instalações prediais, adequações estruturais, acessibilidade, climatização, cabeamento estruturado, sistemas de prevenção e combate a incêndio, esquadrias, acabamentos e demais intervenções previstas nos projetos executivos, memoriais descritivos e documentos técnicos integrantes da contratação.

A execução compreenderá o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, testes, laudos, comissionamentos e todos os recursos necessários à completa execução da obra.

Fundamentação Legal:

A presente contratação será regida pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às obras e serviços de engenharia, observando especialmente:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei nº 3.268/1957;
- normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

- ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- normas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia;
- resoluções do CONFEA/CREA e CAU;
- normas das concessionárias locais;
- demais legislações técnicas, ambientais, urbanísticas, de segurança e acessibilidade aplicáveis.

Além das normas gerais acima mencionadas, a presente contratação observa, especialmente, os arts. 6º, incisos XII, XXI, XXV e XXIX, 18, 46, 59 e 92 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à fase preparatória da contratação, definição do projeto básico, enquadramento dos serviços de engenharia, regime de execução, julgamento das propostas e gestão contratual.

O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, por envolver a execução de reforma predial administrativa com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos nos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos integrantes da contratação.

Os serviços previstos possuem natureza padronizada, execução amplamente difundida no mercado e metodologias usuais de engenharia, não demandando soluções técnicas inovadoras ou desenvolvimento tecnológico específico, sendo plenamente possível a comparação objetiva das propostas mediante critérios previamente definidos no instrumento convocatório.

Link acesso: <https://drive.google.com/drive/folders/1Dr31P8NrUFBww878r534IBWzoahBBg-M?usp=sharing>

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO (Licitação para obras e serviços de engenharia)

LISTA DE VERIFICAÇÃO[1]

(Licitação para obras e serviços de engenharia)

Aspectos gerais pertinentes a obras e serviços de engenharia	atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente registrado em sistema informatizado para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos?[i]	SIM	25.22.000002650-0
2. Consta documento de formalização de demanda – DFD?[ii]	SIM	DFD constante nos autos
3. Foi juntada aos autos ou indicada expressamente a portaria de designação da equipe de Planejamento para Contratação, conforme as instruções do Capítulo 3 do Instrumento de Padronização de Procedimentos de Contratação (IPP)?	MOMENTO POSTERIOR	MOMENTO POSTERIOR
4. Consta estudo técnico preliminar – ETP elaborado no Sistema ETP Digital?[iii]	SIM	ETP constante nos autos
5. Houve justificativa para o caso de ausência de elementos facultativos do ETP?[iv]	SIM/NÃO SE APLICA	ETP constante nos autos

6. Foi realizado o gerenciamento de risco, documentado em mapa de risco?[v]	SIM	Matriz de Riscos constante nos autos
6.1 No caso de serviços de engenharia com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?[vi]	SIM	Item “inadimplência trabalhista” da Matriz de Riscos
7. Foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa possui previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, para o exercício financeiro em que se realizará a despesa?[vii]	SIM	Dotação/Declaração nos autos
8. Caso a previsão de vigência do contrato ultrapasse um exercício financeiro, foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa tem compatibilidade com o Plano Plurianual?[viii]	SIM	PCA/Planejamento Orçamentário
9. Caso se trate de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, foi juntada aos autos a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?[ix]	SIM	Item “Impacto Financeiro e Orçamentário”
10. Foi juntada a comprovação de titularidade do imóvel objeto da obra ou serviço de engenharia? ^[x]	SIM	Matrícula/documentação do imóvel
11. Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193, de 2019?	NÃO	NÃO SE APLICA
12. Foram obtidas as aprovações e os licenciamentos pertinentes junto às autoridades competentes, se for o caso?[xi]	SIM	Projetos/PPCI/licenças anexadas
	sim	Será juntado aos autos

13. Foi juntado o Termo de Justificativas Técnicas Relevantes - TJTR, disponível no site da AGU, integralmente preenchido?[xii]		
14. Foi o termo de referência, elaborado no Sistema TR Digital?[xiii]	sim	TR constante nos autos
14.1. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de termo de referência da AGU, conforme indicado no capítulo 10, página 54 do IPP? [xiv]?	sim	Utilizado modelo AGU/MGI com adequações justificadas
14.2. Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável? [xv]	sim	TR alinhado
14.3. Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?[xvi]	sim	Sustentabilidade prevista no ETP
15. Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União para inserção dos critérios de sustentabilidade?[xvii]	sim	Guia de Contratações Sustentáveis observado
16. O mapa de risco foi atualizado após a confecção do TR?[xviii]	sim	Matriz de Riscos atualizada
17. Os documentos técnicos, inclusive das planilhas orçamentárias, foram elaborados por profissional da área de engenharia, arquitetura ou técnico industrial competente, devidamente identificado?	sim	Documentos técnicos elaborados por profissionais habilitados
18. Houve juntada de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Registro de Responsabilidade Técnica - RRT e/ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT (conforme o caso) relativos aos elementos e/ou peças técnicas que instruem os autos, inclusive das planilhas orçamentárias?[xix]	sim	ART/RRT anexadas aos autos
19. Foi juntada aos autos a portaria de designação do pregoeiro e equipe de apoio, caso adotada a modalidade de pregão?	sim	Sim

20. Caso adotada a modalidade de concorrência, foi juntada aos autos a portaria de designação do agente de contratação, da equipe de apoio ou dos membros da comissão de contratação e seus substitutos?	Resposta	Momento posterior
21. Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	NÃO SE APLICA	Objeto indivisível – empreitada global
22. Foi certificada a utilização dos modelos padronizados da Advocacia-Geral da União /Ministério da Gestão e Inovação mediante a “Declaração de Utilização de Modelos AGU /MGI” (pp. 91-92 do IPP)? [xx]	Resposta	Declaração de utilização de modelos AGU /MGI juntada

Verificação específica para Sistema de Registro de Preços - SRP	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
23. Há justificativa para a utilização de sistema de registro de preços?[i]	Resposta	Contratação não utilizará SRP
24. Foi realizado procedimento público de intenção de registro de preços – IRP?[ii]	Resposta	NÃO SE APLICA
25. Foi anexada aos autos a minuta de ata de registro de preços?	Resposta	NÃO SE APLICA
26. Foi utilizado o modelo de minuta padronizada de ata de registro de preços da Advocacia-Geral da União?[iii]	Resposta	NÃO SE APLICA
27. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de ata de registro de preços da AGU? [iv]?	Resposta	NÃO SE APLICA

Verificação relacionada à confecção do orçamento estimativo de referência para obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)

28. Consta dos autos manifestação formal do setor competente contendo a análise e as justificativas acerca da metodologia de obtenção dos custos global e unitários de referência da licitação?	sim	Planilha orçamentária e justificativas técnicas
29. Foram observados os parâmetros e a ordem definida pelo §2º do art. 23 da Lei 14.133, de 2021?	sim	Utilização de SINAPI/SBC/ORSE
30. Caso não tenha sido observada a ordem de que trata o item anterior, houve comprovação da inviabilidade de utilização dos parâmetros que precedem, em grau de prioridade, o parâmetro utilizado?	NÃO SE APLICA	Observada a ordem legal
31. Foram juntados orçamentos sintéticos de cada edificação, instalação física, etapa, parcela ou trecho da obra? ^[i]	sim	Orçamentos sintéticos anexados
32. Foi juntada planilha orçamentária de consolidação, agrupando em uma única planilha todos os orçamentos sintéticos, nos casos de empreendimentos compostos por várias etapas, parcelas, edificações ou trechos? ^[ii]	sim	Planilha consolidada anexada
33. Foi juntado orçamento resumido, apresentando apenas os subtotais da planilha orçamentária de consolidação ou os totais do orçamento sintético de cada etapa, parcela, edificação, instalação física ou trecho do empreendimento, nos casos de empreendimentos compostos por várias etapas, parcelas, edificações ou trechos? ^[iii]	sim	Orçamento resumido constante no ETP
34. Foi juntado orçamento analítico formado por composições de custo unitário de todos os serviços existentes no orçamento sintético e de eventuais composições de custo unitário de serviços auxiliares? ^[iv]	sim	Planilha analítica anexada
35. Foi juntada curva ABC de serviços da planilha orçamentária de consolidação? ^[v]	sim	Curva ABC de serviços anexada
36. Foi juntada curva ABC de insumos da planilha orçamentária de consolidação? ^[vi]	sim	Curva ABC de insumos anexada
	sim	Demonstrativo de encargos sociais anexado

37. Foi juntado demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados para a mão de obra horista e mensalista? [vii]		
38. Foi juntado demonstrativo analítico das taxas de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI utilizadas?[viii]	sim	Demonstrativo analítico do BDI anexado
39. Há demonstrativo de vantajosidade da adoção ou não do regime de Contribuição Previdenciária Sobre a Renda Bruta – CPRB? [ix]	sim	Demonstrativo CPRB anexado
40. Caso o serviço de engenharia envolva a disponibilização de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva, consta planilha de custos e formação de preços?[x]	Resposta	Não há dedicação exclusiva de mão de obra
41. Caso o orçamento estimado da contratação seja sigiloso, foi juntada aos autos a justificativa?[xi]	Resposta	Orçamento não sigiloso

Verificação relacionada à confecção do anteprojeto e dos projetos	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
42. Caso adotado o regime de contratação integrada, foi elaborado anteprojeto[i]	Resposta	Não adotada contratação integrada.
42.1. O anteprojeto atendeu as exigências do inciso XXIV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021?	Resposta	Não aplicável
43. Foi confeccionado projeto básico, em sendo o caso?	Resposta	Projeto básico anexado
43.1. O projeto básico atendeu a todas as exigências que constam do inciso XXV do art. 6º da Lei 14.133, de 2021?	Resposta	Atende art. 6º, XXV, da Lei nº 14.133/2021
43.2. O projeto básico está atualizado às circunstâncias da publicação do edital?[ii]	Resposta	Projeto atualizado
43.3. O projeto básico atendeu as diretrizes estabelecidas pelo art. 45 da Lei 14.133/2021?	Resposta	Observado art. 45 da Lei nº 14.133/2021

44. Foi elaborado o projeto executivo, ou foi previsto no termo de referência ou projeto básico que esse documento técnico será desenvolvido concomitantemente com a execução dos serviços?	Resposta	Projeto executivo anexado
44.1. O projeto executivo atendeu às exigências do inciso XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021?	Resposta	Atende art. 6º, XXVI, da Lei nº 14.133/2021
44.2. O projeto executivo respeitou as bases definidas no projeto básico[iii]?	Resposta	Compatível com projeto básico
45. Os projetos desenvolvidos utilizaram adotada a Modelagem da Informação da Construção (<i>Building Information Modelling</i> - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados conforme determinado pelo §3º do art. 19 da Lei 14.133/2021?	Resposta	Não houve utilização obrigatória de BIM

2. Especificações e Quantidades

As especificações técnicas, quantitativos, projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos encontram-se registrados nos ANEXOS deste Projeto Básico.

Os valores estimados da contratação foram obtidos mediante elaboração de planilha orçamentária analítica, composição de custos unitários, composição de BDI e memória de cálculo, desenvolvidas com base nos projetos arquitetônicos e complementares aprovados, utilizando-se, prioritariamente, os referenciais oficiais SINAPI e SBC vigentes para o Estado de Rondônia.

Os quantitativos constantes das planilhas foram extraídos diretamente dos projetos executivos, considerando plantas baixas, cortes, fachadas, layouts, detalhamentos construtivos e especificações técnicas da contratação.

Os documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado, devidamente acompanhado das respectivas ART/RRT, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, normas técnicas da ABNT e demais legislações aplicáveis.

Integram ainda a presente contratação:

- planilha orçamentária sintética;
- planilha orçamentária analítica;
- composição de BDI;
- composição de encargos sociais;
- cronograma físico-financeiro;
- curva ABC de serviços;
- curva ABC de insumos;
- memoriais descritivos;
- projetos executivos e complementares;
- ART/RRT e demais documentos técnicos pertinentes.

Link de acesso aos projetos, planilhas e documentos técnicos:

3. Justificativa da Contratação

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, fundado em 27 de abril de 1963, é uma autarquia federal criada pela Lei nº 3.268/1957, com a finalidade de promover o perfeito desempenho ético e moral da medicina e o prestígio dos profissionais que a exercem legalmente, por meio de ações regulamentadoras, educacionais, fiscalizatórias, judicantes, cartoriais e institucionais.

O CREMERO tem como missão atuar com excelência em benefício da sociedade, sendo referência na promoção e garantia do exercício ético da medicina, na valorização e dignidade profissional do médico e nas questões éticas e bioéticas relacionadas à saúde, contribuindo para a melhoria das condições de vida e saúde da população.

Compete ao CREMERO habilitar os profissionais médicos ao exercício da profissão e fiscalizar o cumprimento da legislação pertinente à atividade médica, sendo o único órgão legalmente competente para expedir a carteira profissional médica, além de orientar, disciplinar e julgar eticamente os médicos no âmbito do Estado de Rondônia.

A Autarquia também atua como instituição auxiliar do Estado, exercendo, por delegação legal, competência para supervisionar a ética profissional e normatizar o exercício da medicina.

Inicialmente, a sede do CREMERO funcionava na Avenida Duque de Caxias, em Porto Velho/RO, imóvel onde atualmente encontra-se instalada a sede do SIMERO – Sindicato Médico de Rondônia. Posteriormente, no ano de 2004, a Autarquia passou a ocupar sua atual sede administrativa, localizada na Avenida dos Imigrantes, nº 3414, Bairro Liberdade, no município de Porto Velho/RO, onde atualmente são desenvolvidas todas as atividades administrativas, técnicas, institucionais e de atendimento ao público.

Após mais de 20 (vinte) anos de utilização contínua da atual sede administrativa, a edificação passou a apresentar desgastes naturais decorrentes do tempo de uso, da exposição às intempéries e da utilização permanente das instalações prediais, circunstâncias constatadas por meio de levantamentos técnicos e registros fotográficos realizados no imóvel.

As inspeções identificaram a necessidade de intervenções corretivas e preventivas em diversos sistemas construtivos e instalações prediais, destacando-se:

- deterioração de revestimentos e pontos de descascamento em fachadas externas;
- desgaste acentuado do pavimento intertravado nas áreas de circulação e estacionamento;
- presença de infiltrações e patologias construtivas em ambientes internos;
- comprometimento parcial de forros e estruturas de acabamento;
- necessidade de modernização das instalações elétricas, lógica, hidrossanitárias e de climatização;
- necessidade de adequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio;
- necessidade de atualização das condições de acessibilidade e segurança da edificação;
- necessidade de readequação funcional dos ambientes administrativos e de atendimento ao público.

Os registros fotográficos anexados aos autos evidenciam situações de deterioração predial, infiltrações em forros, danos estruturais localizados, desgaste de acabamentos e necessidade de intervenções de manutenção corretiva e modernização da infraestrutura existente, demonstrando a necessidade da contratação pretendida.

Nesse contexto, a presente contratação justifica-se pela necessidade de reforma, modernização e readequação da sede administrativa do CREMERO, visando assegurar:

- melhores condições de atendimento ao público e aos profissionais jurisdicionados;
- maior segurança, funcionalidade e operacionalidade da edificação;
- adequação às normas técnicas vigentes, especialmente quanto à acessibilidade, segurança predial e prevenção contra incêndio;
- melhoria das condições de trabalho, ergonomia e conforto ambiental dos colaboradores;
- preservação e valorização do patrimônio público institucional;
- redução de custos decorrentes de manutenções corretivas recorrentes;
- continuidade adequada das atividades institucionais da Autarquia.

Ressalta-se que a reforma será executada em edificação em pleno funcionamento, circunstância que demandará planejamento executivo adequado, execução faseada dos serviços, controle operacional e fiscalização contínua, de forma a minimizar impactos à rotina administrativa e assegurar a continuidade das atividades institucionais durante toda a execução contratual.

A presente contratação encontra-se alinhada ao interesse público, às necessidades administrativas da Autarquia e ao planejamento institucional do CREMERO, estando compatível com o Plano de Contratações Anual – PCA e com as diretrizes de conservação, modernização e manutenção do patrimônio institucional.

Segue, abaixo, algumas imagens atuais da sede administrativa do CREMERO, as quais demonstram as condições físicas da edificação e evidenciam a necessidade de realização das intervenções de reforma, modernização e readequação predial pretendidas, especialmente quanto às patologias construtivas, desgastes naturais, infiltrações, deterioração de acabamentos e necessidade de atualização das instalações e infraestrutura predial.





4. Escopo dos Serviços

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para execução integral da reforma da sede administrativa do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, mediante regime de empreitada por preço global, conforme projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

A contratada será responsável pela execução integral dos serviços previstos nos documentos técnicos da contratação, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transportes, testes, laudos, comissionamentos e demais recursos necessários à completa execução da obra.

A contratada não será responsável pela elaboração ou revisão dos projetos executivos, devendo executar os serviços estritamente em conformidade com os projetos, especificações técnicas e orientações fornecidas pela Administração e pela fiscalização contratual.

A execução da obra deverá observar rigorosamente os projetos executivos aprovados, as normas técnicas aplicáveis e as condições operacionais da edificação, compreendendo, no mínimo, os seguintes serviços:

4.1 MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS

- instalação de placa de obra;
- execução de tapumes, proteções e isolamentos das áreas de intervenção;
- instalações provisórias necessárias à execução;
- mobilização de equipe técnica, equipamentos e ferramentas;
- emissão de ART/RRT e demais documentos iniciais da execução.

4.2 DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E ADEQUAÇÕES CIVIS

- remoção de revestimentos, pisos, forros, divisórias, esquadrias e instalações existentes;
- demolições necessárias à execução das adequações previstas em projeto;
- segregação, acondicionamento e destinação adequada dos resíduos;
- execução conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC.

4.3 ADEQUAÇÕES ESTRUTURAIS

- reforços estruturais;
- recuperações localizadas;
- escoramentos e adequações estruturais previstas em projeto;
- execução conforme projeto estrutural e normas técnicas aplicáveis.

4.4 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

- substituição, adequação e instalação de tubulações hidráulicas e sanitárias;
- instalação de louças, metais, reservatórios e acessórios;
- testes operacionais, estanqueidade e funcionamento;
- execução conforme normas técnicas aplicáveis.

4.5 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LÓGICAS E SPDA

- execução e adequação das instalações elétricas;
- instalação de quadros elétricos, iluminação, tomadas e dispositivos de proteção;
- execução da infraestrutura lógica e de dados;
- execução do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA;
- testes operacionais e comissionamento dos sistemas.

4.5.1 INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO

A contratada deverá entregar toda a infraestrutura de cabeamento estruturado devidamente instalada, testada e funcional, contemplando, no mínimo:

- pontos de rede lógica e internet;
- pontos de telefonia;
- pontos dedicados para impressoras;
- infraestrutura para Access Points (Wi-Fi);
- eletrocalhas, eletrodutos, shafts, canaletas e demais meios físicos necessários à adequada organização e proteção do cabeamento.

Todo o cabeamento deverá ser entregue:

- testado e certificado;
- identificado individualmente;
- organizado em rack apropriado;
- acompanhado de relatórios de testes e identificação dos pontos.

4.6 INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO

- instalação de equipamentos de climatização;
- execução de infraestrutura, drenos, tubulações e suportes;
- testes operacionais, partidas assistidas e comissionamento;
- entrega dos sistemas em pleno funcionamento.

4.7 SISTEMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

- adequações conforme PPCI e normas do Corpo de Bombeiros;
- instalação de hidrantes, extintores, iluminação de emergência e sinalização;
- testes, laudos e adequações necessárias à regularização do sistema.

4.8 ARQUITETURA, ACABAMENTOS E ESQUADRIAS

- execução de alvenarias e divisórias;
- revestimentos de paredes, pisos e forros;
- serviços de pintura e acabamentos;
- instalação e substituição de portas, janelas, vidros e esquadrias;
- execução conforme projetos arquitetônicos e memoriais descritivos.

4.9 ACESSIBILIDADE

Os serviços de acessibilidade compreenderão, no mínimo:

- demolição controlada da rampa e escada existentes;
- adequações estruturais necessárias à implantação da plataforma elevatória;
- execução de nova escada conforme projeto aprovado;
- instalação de Plataforma Elevatória de Acessibilidade;
- adequações arquitetônicas complementares para atendimento integral à ABNT NBR 9050 e demais normas aplicáveis.

4.10 ENTREGA, TESTES E COMISSONAMENTO

- limpeza final da obra;
- testes operacionais dos sistemas instalados;
- partidas assistidas e comissionamentos;
- entrega de manuais técnicos, garantias e relatórios;
- entrega dos projetos “As Built”;
- desmobilização do canteiro de obras;
- entrega definitiva da obra em condições adequadas de funcionamento.

5. Produtos Entregáveis

5.PRODUTOS E ENTREGÁVEIS

Durante a execução contratual, a contratada deverá apresentar e manter atualizados os seguintes produtos e entregáveis:

- Diário de obra devidamente atualizado e assinado;
- Relatórios periódicos de execução física dos serviços;
- Relatórios fotográficos da evolução da obra;
- Boletins de medição dos serviços executados;
- Cronograma físico-financeiro atualizado, quando solicitado pela fiscalização;
- ART/RRT dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;
- Laudos, certificados, testes operacionais e relatórios de comissionamento dos sistemas instalados;
- Projetos “As Built”, em formato digital editável e não editável (DWG e PDF), contemplando todas as alterações efetivamente executadas na obra;
- Manuais técnicos, garantias e especificações dos equipamentos e sistemas instalados;
- Termo de recebimento provisório;

- Termo de entrega definitiva da obra.

Todos os documentos e entregáveis deverão ser apresentados à fiscalização contratual para análise, validação e aprovação, observadas as exigências previstas nos projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos da contratação.

5.1 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

A execução da obra será acompanhada mediante cronograma físico-financeiro compatível com as etapas previstas no Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, projetos executivos e planilha orçamentária da contratação.

O cronograma físico-financeiro servirá como instrumento de planejamento, acompanhamento, fiscalização, controle da execução e base para realização das medições e pagamentos dos serviços efetivamente executados.

Eventuais alterações no cronograma deverão ser previamente justificadas pela contratada e submetidas à análise e aprovação da fiscalização contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

6. Valor estimado e Dotação Orçamentária

6. VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor estimado da contratação é de **R\$ 4.803.934,70 (quatro milhões oitocentos e três mil novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos)**, obtido mediante elaboração de planilha orçamentária analítica baseada nos projetos executivos, memoriais descritivos, levantamentos técnicos e composições referenciais de custos, utilizando-se, prioritariamente, os sistemas SINAPI e SBC vigentes para o Estado de Rondônia, acrescidos de BDI calculado conforme parâmetros usuais aplicáveis a obras públicas de engenharia.

Os quantitativos constantes da planilha orçamentária foram extraídos diretamente dos projetos arquitetônicos e complementares integrantes da contratação, considerando plantas baixas, cortes, fachadas, layouts, detalhamentos construtivos e demais documentos técnicos elaborados para a obra.

6.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria do CREMERO, prevista no orçamento do exercício financeiro de 2026, em conformidade com o Plano de Contratações Anual – PCA/2026 e disponibilidade orçamentária da Administração.

Conta Orçamentária: 6.2.2.1.2.44.90.51.002-OBRAS EM ANDAMENTOS

A contratação encontra respaldo no planejamento institucional do Conselho Regional de Medicina de Rondônia, observando os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. Impacto Financeiro e Orçamentário

A contratação pretendida possui impacto financeiro compatível com a capacidade orçamentária do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, encontrando-se prevista no planejamento institucional da Autarquia, no Plano de Contratações Anual – PCA/2026 e em consonância com a disponibilidade orçamentária prevista para o respectivo exercício financeiro.

O valor estimado da contratação foi dimensionado com base em planilha orçamentária analítica elaborada a partir dos projetos executivos, memoriais descritivos, levantamentos técnicos e quantitativos da obra, utilizando-se, prioritariamente, os sistemas oficiais de referência SINAPI e SBC vigentes para o Estado de Rondônia, acrescidos de BDI tecnicamente justificado, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 aplicáveis às obras e serviços de engenharia.

A programação dos desembolsos foi estruturada de forma compatível com o cronograma físico-financeiro da obra e com as etapas de execução contratual, possibilitando adequado planejamento financeiro, controle orçamentário, acompanhamento da execução e previsibilidade dos pagamentos ao longo da vigência do contrato.

A existência de previsão orçamentária suficiente, aliada à compatibilidade entre o objeto, os custos estimados e o fluxo financeiro da contratação, assegura a viabilidade administrativa, orçamentária e financeira da obra, mitigando riscos de interrupção, paralisação ou comprometimento da execução contratual por insuficiência de recursos.

A presente contratação observa os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, responsabilidade na gestão fiscal e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

8. Prazo de Execução e local da Obra

O prazo de execução da obra será de 8 (oito) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração, observando-se o cronograma físico-financeiro aprovado e os prazos parciais estabelecidos para cada etapa da execução.

A contratada deverá iniciar a mobilização e os serviços no prazo máximo de **até 15 (quinze) dias** corridos após a assinatura do contrato e emissão da respectiva Ordem de Serviço, salvo justificativa técnica formalmente apresentada e aceita pela Administração.

A mobilização, instalação do canteiro de obras e início efetivo dos serviços deverão ocorrer conforme planejamento executivo apresentado pela contratada e validado pela fiscalização contratual.

A execução da obra deverá ocorrer de forma planejada e faseada, considerando a necessidade de manutenção parcial das atividades administrativas do CREMERO durante o período de execução contratual, com adoção de medidas de isolamento, segurança, sinalização, controle de acesso e mitigação dos impactos operacionais nas áreas em intervenção.

Considerando que a edificação permanecerá parcialmente ocupada e em funcionamento durante a execução contratual, a contratada deverá compatibilizar a execução dos serviços com a continuidade das atividades institucionais do CREMERO, observando obrigatoriamente o início da execução pelas áreas externas da edificação, especialmente pela fachada frontal do CREMERO, coberturas, platibandas e demais estruturas superiores, priorizando as frentes de serviço que produzam menor impacto imediato às atividades administrativas internas.

A definição da sequência executiva tem por finalidade reduzir impactos operacionais, preservar a segurança dos usuários da edificação, minimizar interferências nas atividades administrativas e permitir a adequada implementação do plano de contingência adotado pela Administração.

A contratada deverá apresentar, antes do início efetivo da obra, planejamento executivo detalhado contendo cronograma físico de execução por etapas, definição das frentes de trabalho, medidas de isolamento, logística operacional, circulação de materiais, controle de acesso e estratégias de mitigação de impactos, observando obrigatoriamente as diretrizes operacionais estabelecidas pela fiscalização contratual e pela Administração.

Eventual necessidade de alteração da sequência executiva inicialmente estabelecida somente poderá ocorrer mediante justificativa técnica formalmente apresentada pela contratada e previamente aprovada pela fiscalização contratual e pela Administração.

A contratada deverá promover adequada organização logística da obra, incluindo armazenamento de materiais, destinação de resíduos, circulação de equipes, equipamentos e insumos, proteção das áreas em funcionamento, limpeza permanente dos ambientes e manutenção das condições mínimas de segurança durante toda a execução contratual.

Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, em horário compatível com o funcionamento administrativo da Autarquia, podendo a fiscalização autorizar a realização de atividades em horários alternativos, finais de semana e feriados, quando necessário à continuidade dos serviços ou à minimização dos impactos operacionais da obra.

A contratada deverá manter diário de obra atualizado, contendo registros das atividades executadas, ocorrências relevantes, condições operacionais, quantitativos executados, paralisações, orientações da fiscalização e demais informações pertinentes à execução contratual.

Os serviços executados deverão observar integralmente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, normas da ABNT, normas regulamentadoras de segurança do trabalho e demais legislações aplicáveis, cabendo à contratada comunicar formalmente à fiscalização qualquer inconsistência ou interferência técnica identificada durante a execução da obra.

Eventuais alterações de prazo somente poderão ocorrer mediante justificativa técnica formalmente apresentada pela contratada e previamente aprovada pela Administração, observadas as hipóteses legalmente previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.1 LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA

Os serviços serão executados na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, localizada no Município de Porto Velho /RO, em edificação administrativa em funcionamento, conforme projetos executivos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

A contratada deverá considerar, na formulação de sua proposta e na execução dos serviços, todas as condições operacionais, logísticas, técnicas e de acesso relacionadas ao local da obra, responsabilizando-se pelas providências necessárias à adequada execução contratual.

A não realização de vistoria técnica prévia não poderá fundamentar alegações futuras de desconhecimento das condições do local, dificuldades operacionais, interferências executivas ou omissões relacionadas às características da edificação e das áreas de intervenção.

8.2 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E ADEQUAÇÕES EXECUTIVAS

A execução da obra observará integralmente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos integrantes da contratação, considerando-se que os quantitativos e soluções construtivas foram previamente definidos com base em levantamentos técnicos realizados pela equipe responsável.

Em razão do regime de empreitada por preço global, a contratada assume integral responsabilidade pela adequada avaliação dos quantitativos, métodos executivos, logística, mobilização de equipes, fornecimento de materiais e demais custos necessários à completa execução do objeto.

Eventuais alterações quantitativas ou qualitativas somente poderão ocorrer nas hipóteses legalmente previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica formal, análise da fiscalização e prévia aprovação da Administração.

A ocorrência de interferências técnicas, situações supervenientes ou patologias ocultas eventualmente identificadas durante a execução deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização contratual, acompanhada das devidas justificativas e elementos técnicos comprobatórios.

A simples alegação de desconhecimento das condições da obra, dificuldades operacionais, interpretação inadequada dos projetos ou falhas de planejamento da contratada não constituirá fundamento para reequilíbrio econômico-financeiro ou alteração contratual, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

9. Seleção de fornecedor e propostas e regi

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR, PROPOSTAS E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, competitividade, planejamento, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A escolha da proposta vencedora recairá sobre a licitante que apresentar proposta compatível com as especificações técnicas, quantitativos, projetos executivos, memoriais descritivos e demais documentos integrantes deste Projeto Básico, atendendo integralmente às condições de participação, habilitação e julgamento estabelecidas no instrumento convocatório.

9.2 DOS PREÇOS E DA PROPOSTA COMERCIAL

Os preços propostos deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, considerando todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto.

Em caso de divergência entre os valores unitários e o valor global da proposta, prevalecerão os valores unitários.

Na proposta comercial deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução contratual, incluindo, mas não se limitando a:

- mão de obra;
- materiais, insumos e equipamentos;
- ferramentas e instrumentos de trabalho;
- transporte, fretes e logística operacional;
- seguros;
- tributos, taxas e contribuições;
- encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- despesas administrativas e administração local da obra;
- mobilização e desmobilização de equipes e canteiro;
- alimentação, hospedagem e diárias;
- sinalização, isolamento e proteção das áreas em intervenção;
- fornecimento de EPIs e EPCs;
- destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- testes, laudos, certificações e comissionamentos;

- custos relacionados à execução faseada da obra e à manutenção parcial das atividades administrativas do CREMERO;
- demais despesas necessárias à integral e adequada execução dos serviços.

A proposta deverá considerar integralmente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, condições operacionais da edificação e demais documentos integrantes da contratação, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento das condições da obra.

Em razão do regime de empreitada por preço global, a licitante deverá considerar, na formulação de sua proposta, todos os quantitativos, métodos executivos, logística operacional, mobilização de equipes, fornecimento de materiais e demais custos necessários à completa execução do objeto, conforme os documentos técnicos integrantes da contratação.

9.3 MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A contratação será realizada mediante a modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma eletrônica, nos termos dos arts. 6º, inciso XXXVIII, e 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

O objeto da presente contratação enquadra-se como **serviço comum de engenharia**, uma vez que os serviços previstos possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos nos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram a contratação, possibilitando a formulação e a comparação objetiva das propostas pelos licitantes.

Os serviços abrangem a execução de reforma predial, adequações arquitetônicas, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, sistemas de climatização, infraestrutura de rede lógica e cabeamento estruturado, adequações de acessibilidade, sistema de prevenção e combate a incêndio, revestimentos, esquadrias, pintura, acabamentos e demais intervenções previstas nos projetos e documentos técnicos, constituindo atividades amplamente disponíveis no mercado e executadas de acordo com normas técnicas e padrões construtivos consolidados.

A adoção da modalidade Concorrência Eletrônica mostra-se adequada em razão do vulto da contratação, da execução do objeto sob regime de empreitada por preço global, da necessidade de gerenciamento unificado da execução contratual e da busca pela obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando ampla competitividade, isonomia entre os participantes, eficiência na condução do certame e observância aos princípios que regem as contratações públicas.

O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observando-se a compatibilidade da proposta com os preços de referência constantes da planilha orçamentária da contratação.

Nos termos do art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Verificados indícios de inexecuibilidade, a Administração poderá promover diligências destinadas à comprovação da viabilidade econômica e operacional da proposta apresentada, podendo solicitar documentos complementares, composições de custos, memória de cálculo e demais informações necessárias à adequada análise da exequibilidade da proposta, observadas as disposições legais e editalícias aplicáveis.

9.4 REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, considerando que os quantitativos e especificações da obra encontram-se suficientemente definidos nos projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

A adoção do regime de empreitada por preço global mostra-se adequada em razão da natureza da obra, da previsibilidade dos quantitativos e da possibilidade de definição prévia e precisa das soluções construtivas, proporcionando maior controle da execução contratual, racionalização das medições e melhor gestão dos custos globais da contratação.

As medições para fins de pagamento observarão os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, conforme cronograma físico-financeiro, projetos executivos e especificações técnicas da contratação.

9.5 REFERENCIAIS DE PREÇOS E BDI

Os preços de referência da contratação foram elaborados com base nos sistemas oficiais SINAPI e SBC vigentes para o Estado de Rondônia, acrescidos de BDI calculado conforme parâmetros usuais aplicáveis às obras públicas de engenharia.

O percentual de BDI adotado na planilha orçamentária observará composição compatível com administração central, seguros, riscos, despesas financeiras, tributos e lucro, conforme demonstrativo integrante dos documentos técnicos da contratação.

Todos os custos necessários à execução integral da obra deverão estar contemplados na proposta comercial apresentada pela licitante.

10. Garantia da proposta

10. GARANTIA DA PROPOSTA

Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, será exigida dos licitantes a prestação de garantia da proposta, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, como condição para participação no certame.

A garantia da proposta deverá ser apresentada juntamente com a proposta, até a data e horário designados para a realização da sessão pública, podendo ser prestada, a critério do licitante, em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado no edital.

A garantia da proposta será devolvida aos licitantes não vencedores após a homologação do certame e ao licitante vencedor após a assinatura do contrato ou, quando exigida, após a apresentação da garantia contratual, ressalvadas as hipóteses legais de execução, na forma prevista no edital e na legislação vigente.

10.1 JUSTIFICATIVA PARA A EXIGÊNCIA DA GARANTIA DA PROPOSTA

A presente contratação tem por objeto a execução da reforma da sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, a ser realizada sob o regime de empreitada por preço global, conforme definido neste Projeto Básico, envolvendo a execução integrada de serviços de engenharia, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos, de acordo com projetos técnicos previamente elaborados.

O valor estimado da contratação, da ordem de R\$ 4.803.934,70, aliado à complexidade operacional da obra, à multiplicidade de frentes de serviço e à necessidade de execução coordenada e contínua das atividades no canteiro de obras, evidencia a relevância da contratação e os riscos associados à eventual desistência injustificada do licitante vencedor ou à apresentação de propostas sem o necessário comprometimento técnico e econômico.

Nesse contexto, a exigência de garantia da proposta mostra-se adequada, proporcional e necessária, com a finalidade de:

- assegurar a seriedade das propostas apresentadas;
- desestimular a participação de licitantes sem capacidade econômico-financeira compatível com a contratação;
- mitigar o risco de recusa injustificada na assinatura do contrato ou na apresentação da garantia contratual;
- proteger o interesse público, evitando atrasos na execução da obra e custos administrativos decorrentes de eventual frustração do certame.

A exigência encontra respaldo no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições previstas no edital e a devida motivação administrativa constante dos autos da contratação.

O Tribunal de Contas da União reconhece a legitimidade da exigência de garantia da proposta quando devidamente justificada, entendendo que tal medida não configura restrição indevida à competitividade, desde que observados os limites legais e o princípio da proporcionalidade.

Da mesma forma, a Advocacia-Geral da União orienta que a garantia da proposta constitui mecanismo legítimo de proteção ao interesse público, devendo ser utilizada de forma motivada, especialmente em contratações de valor elevado ou com riscos relevantes de inadimplemento inicial.

Ressalte-se que a garantia da proposta não se confunde com a garantia contratual, possuindo natureza distinta e finalidade específica, limitada à fase licitatória, sendo devolvida aos licitantes não vencedores após a homologação do certame e ao licitante vencedor após a assinatura do contrato ou apresentação da garantia contratual, quando exigida.

Diante do exposto, conclui-se que a exigência de garantia da proposta encontra-se plenamente justificada técnica e juridicamente, estando alinhada ao Projeto Básico, aos princípios da eficiência, economicidade, segurança jurídica e proteção do interesse público, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021 e aos entendimentos consolidados do TCU e da AGU.

10.2 PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA

A garantia da proposta deverá ser apresentada juntamente com a proposta, até a data e horário designados para a realização da sessão pública da licitação, constituindo condição para participação no certame, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

A ausência de apresentação da garantia da proposta, ou sua apresentação em desacordo com as exigências do edital, implicará o não aceite da proposta, nos termos do edital e da legislação aplicável.

10.3 FORMAS DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA

A garantia da proposta poderá ser prestada, a critério do licitante, em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II – fiança bancária;

III – seguro-garantia.

Na hipótese de caução em dinheiro, o valor deverá ser depositado em conta indicada pela Administração, conforme instruções constantes do edital.

Nas demais modalidades, a garantia será comprovada mediante apresentação do respectivo documento válido e vigente, emitido em favor da Administração.

10.4 DEVOLUÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA

A garantia da proposta será devolvida aos licitantes não vencedores após a homologação do certame.

Ao licitante vencedor, a garantia será devolvida após a assinatura do contrato ou, quando exigida, após a apresentação da garantia contratual, nos termos da legislação vigente.

A devolução ocorrerá na forma da legislação aplicável.

10.5 EXECUÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA

A garantia da proposta poderá ser executada pela Administração nos casos em que o licitante vencedor:

I – recusar-se injustificadamente a assinar o contrato;

II – não apresentar a garantia contratual, quando exigida;

III – retirar sua proposta durante o prazo de validade;

IV – praticar ato que inviabilize ou frustre a contratação, após regularmente convocado.

A execução da garantia não afasta a aplicação de outras sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

11. Vistoria técnica ou dispensa de vistoria

A realização de vistoria técnica no local de execução dos serviços será facultativa, porém recomendável, a fim de possibilitar aos licitantes pleno conhecimento das condições físicas, estruturais, operacionais e logísticas da edificação objeto da contratação.

A vistoria deverá ser previamente agendada junto à Administração e será realizada em dias úteis, durante o horário de expediente do CREMERO, conforme condições e procedimentos estabelecidos no edital.

A empresa licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições do local de execução da obra, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução contratual.

A ausência de realização da vistoria não poderá fundamentar alegações posteriores de desconhecimento das condições locais, dificuldades operacionais, interferências executivas, quantitativos, características da edificação ou quaisquer fatos previsíveis e verificáveis mediante inspeção prévia do local, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, revisão de preços, solicitação de acréscimos contratuais ou qualquer outra alteração contratual relacionada às condições aparentes da obra.

O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente à publicação do edital e encerrar-se-á até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública da licitação.

12. Habilitação

12. HABILITAÇÃO

A habilitação das licitantes observará as disposições dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, limitando-se aos requisitos indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade.

A documentação de habilitação compreenderá:

12.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

Comprovação da existência legal da licitante, conforme sua natureza jurídica, mediante apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados na forma da legislação aplicável.

12.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Comprovação de regularidade:

- I – perante a Fazenda Federal;
- II – perante a Fazenda Estadual;
- III – perante a Fazenda Municipal;
- IV – relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- V – perante a Justiça do Trabalho.

12.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Comprovação da boa situação financeira da licitante, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e conforme critérios definidos no edital, podendo incluir:

- I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis;
- II – índices de liquidez, solvência e capacidade financeira, quando exigidos;
- III – certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, complexidade e porte com o objeto da contratação.

I – Registro Profissional

- a) registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA e/ou CAU, conforme as atribuições profissionais compatíveis com os serviços objeto da contratação, em plena validade;
- b) as empresas e profissionais registrados em outros Estados da Federação deverão providenciar o competente visto ou registro no CREA-RO e/ou CAU-RO, conforme o caso, como condição para assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço, nos termos da legislação profissional aplicável;
- c) indicação de responsável técnico devidamente habilitado e com registro ativo no respectivo conselho profissional;
- d) o(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução da obra, admitindo-se sua substituição apenas por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

II – Capacidade Técnico-Profissional

Comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) já executou(aram) serviços compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de responsabilidade técnica acompanhado(s) da respectiva ART ou RRT.

III – Capacidade Técnico-Operacional

Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva ART ou RRT, comprovando execução anterior de serviços compatíveis com o objeto da contratação, especialmente quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, incluindo:

- a) execução de reforma predial ou obra de engenharia;
- b) instalação ou adequação de sistema de prevenção e combate a incêndio;
- c) instalação de plataforma elevatória ou sistema de acessibilidade vertical;
- d) execução de esquadrias, fachadas envidraçadas, structural glazing ou sistemas similares de fechamento em vidro.

Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional.

As exigências de qualificação técnica limitar-se-ão às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, considerando sua complexidade executiva e representatividade financeira na contratação, vedadas exigências excessivas ou restritivas à competitividade.

12.5 DECLARAÇÕES

Os licitantes deverão apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações:

- a) declaração de que não emprega menores em condições vedadas pela Constituição Federal;
- b) declaração de cumprimento das exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social;

- c) declaração de inexistência de vínculo incompatível com a Administração Pública;
- d) declaração de que atende aos requisitos de habilitação e de que as informações prestadas são verdadeiras;
- e) declaração de inexistência de fatos impeditivos à participação na licitação ou contratação com a Administração Pública.

13. critérios de medição e pagamento

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada conforme a evolução física da obra, observando-se o cronograma físico-financeiro aprovado e o regime de execução por empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As medições serão efetuadas pela fiscalização do contrato, considerando os serviços efetivamente executados no período, em conformidade com a planilha orçamentária, projetos executivos e especificações técnicas da contratação.

Para fins de medição e posterior pagamento, a contratada deverá apresentar à fiscalização do contrato, no mínimo, os seguintes documentos:

- boletim de medição referente à etapa executada;
- diário de obra devidamente atualizado;
- documentos técnicos eventualmente exigidos pela fiscalização para comprovação da execução dos serviços.

Após a conferência e o aceite dos serviços executados pela fiscalização e pelo CREMERO, a contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor da etapa aprovada.

O pagamento será efetuado pela Administração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização do contrato e acompanhada da documentação exigida para a regular liquidação da despesa.

Caso sejam constatadas inconsistências, pendências ou irregularidades na documentação apresentada, esta será devolvida à contratada para as devidas correções, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento a partir da reapresentação regular da documentação.

A Administração somente efetuará pagamento pelos serviços efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização, podendo realizar glosas, retenções ou ajustes quando verificada divergência entre os serviços executados e aqueles previstos nos projetos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro ou demais documentos da contratação.

Os serviços relativos à administração local da obra deverão observar proporcionalidade com o avanço físico-financeiro da execução contratual, vedado o pagamento fixo mensal desvinculado da efetiva evolução da obra, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU.

13.1 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

A presente contratação não admite antecipação de pagamento, nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133/2021 e da Orientação Normativa AGU nº 76/2023.

Os pagamentos serão realizados exclusivamente após a efetiva execução dos serviços, mediante medições regularmente atestadas pela fiscalização do contrato.

13.2 REAJUSTE

Os preços definidos no instrumento contratual serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da contratada, com base na variação do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Para fins de aplicação do reajuste, será considerada a data-base correspondente ao mês de referência da tabela oficial utilizada para elaboração da planilha orçamentária da contratação.

O reajuste não será automático e dependerá de análise e aprovação pela Administração, observadas as disposições contratuais e a legislação vigente.

O reajuste será formalizado mediante apostilamento, nos termos da legislação aplicável.

14. DA VIGÊNCIA:

VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de **15 (quinze) meses**, contados da sua assinatura, nos termos da Lei nº 14.133/2021, compreendendo todas as etapas necessárias à completa execução do objeto.

O prazo de execução da obra será de **8 (oito) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

O prazo de vigência abrange o período de execução, o recebimento provisório, o recebimento definitivo e demais providências administrativas necessárias à plena conclusão do objeto contratual.

Os prazos poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas na legislação vigente, mediante justificativa devidamente formalizada e aceita pela Administração.

15. Obrigações da contratada/fornecedor

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/FORNECEDOR

Além das demais obrigações previstas na legislação aplicável, no edital, no contrato e nos documentos técnicos da contratação, caberá à contratada:

- executar integralmente os serviços em conformidade com os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro, normas da ABNT, normas regulamentadoras de segurança do trabalho e demais legislações aplicáveis;
- executar os serviços nos prazos, condições e valores constantes da proposta comercial e do contrato administrativo;
- fornecer toda mão de obra, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, transportes, sinalização, proteção coletiva e individual e demais recursos necessários à perfeita execução da obra;
- arcar integralmente com todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução contratual, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, alimentação, hospedagem, mobilização, desmobilização e demais despesas necessárias à execução dos serviços;
- manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução contratual, com emissão e atualização das respectivas ART/RRT;
- manter diário de obra atualizado diariamente, contendo registros das atividades executadas, ocorrências, orientações da fiscalização, quantitativos executados, paralisações e demais informações relevantes da execução;
- cumprir integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho, incluindo NR-10, NR-18, NR-33, NR-35 e demais normas aplicáveis, fornecendo e exigindo o uso adequado de EPIs e EPCs;
- manter o canteiro de obras, áreas de circulação e ambientes de trabalho limpos, organizados e em condições adequadas de segurança durante toda a execução da obra;
- promover a adequada segregação, armazenamento, transporte e destinação ambientalmente correta dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental aplicável e PGRCC;
- adotar medidas de proteção das áreas em funcionamento, mobiliários, equipamentos, instalações e sistemas existentes, responsabilizando-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual;
- executar a obra de forma planejada e faseada, minimizando impactos às atividades administrativas do CREMERO;
- comunicar formalmente à fiscalização quaisquer inconsistências, interferências ou necessidades de adequação identificadas nos projetos ou durante a execução da obra, ficando vedada qualquer alteração sem prévia autorização da Administração;
- submeter previamente à fiscalização os materiais, equipamentos e soluções técnicas a serem empregados na obra, quando solicitado;
- realizar testes, verificações, partidas, comissionamentos e demais procedimentos necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas instalados;
- corrigir, às suas expensas e sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas, vícios, defeitos ou irregularidades constatadas na execução dos serviços;
- apresentar relatórios de execução, relatórios fotográficos, boletins de medição, laudos técnicos, certificados e demais documentos exigidos pela fiscalização;
- entregar, ao final da obra, os projetos “As Built” em formato PDF e DWG, manuais, garantias, relatórios técnicos e demais documentos relativos aos sistemas executados;
- responsabilizar-se pela qualidade, segurança, solidez e perfeito funcionamento dos serviços executados, observados os prazos legais e contratuais aplicáveis;
- observar integralmente as determinações da fiscalização contratual, sem prejuízo de sua responsabilidade técnica, civil e administrativa pela execução da obra.

16. Obrigações da contratante/CREMERO

Compete ao CREMERO, além das demais obrigações previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato:

- exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, observando as cláusulas contratuais, o Projeto Básico, os projetos executivos, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e a proposta apresentada;
- designar formalmente gestor, fiscal ou comissão de fiscalização para acompanhar, fiscalizar e registrar a execução contratual, anotando em documento próprio as ocorrências verificadas;
- acompanhar e fiscalizar a execução da obra, podendo determinar correções, adequações, substituições de materiais e adoção de medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato;
- notificar formalmente a contratada acerca de falhas, irregularidades, defeitos ou desconformidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para adoção das medidas corretivas cabíveis;
- disponibilizar as áreas necessárias para execução da obra, observadas as condições operacionais da edificação e o planejamento da Administração;
- fornecer à contratada as informações, esclarecimentos, projetos e documentos técnicos necessários à adequada execução contratual;
- atestar as medições dos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, observando o cronograma físico-financeiro da obra;
- efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições e prazos estabelecidos contratualmente;
- rejeitar serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis ou determinações da fiscalização;
- promover o recebimento provisório e definitivo da obra, observadas as condições previstas na legislação e nos documentos da contratação;
- exigir, como condição para o recebimento definitivo da obra, quando aplicável:

I – projetos “As Built”;

II – ART/RRT de execução;

III – laudos técnicos, certificados e relatórios de testes;

IV – comprovação das ligações definitivas dos sistemas instalados;

V – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB/CLCB, quando aplicável;

VI – manuais, garantias e documentação técnica dos equipamentos e sistemas instalados;

VII – demais documentos técnicos exigidos pela legislação e pela fiscalização contratual.

17. Fiscalização e gestão do contrato

17.1 GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento administrativo da execução contratual, competindo-lhe:

I – coordenar a execução geral do contrato;

II – controlar os prazos de execução e vigência contratual;

III – adotar providências em caso de inadimplemento da contratada;

IV – encaminhar e acompanhar os processos de pagamento;

V – promover a interlocução entre a Administração e a contratada;

VI – zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais e legais;

VII – instruir processos de alteração contratual, prorrogação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou rescisão contratual, quando cabíveis.

17.2 FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO (COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA)

A fiscalização técnica da obra será exercida por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) servidores públicos formalmente designados pela Administração, devendo contar com, ao menos, 01 (um) membro com qualificação compatível com o objeto, preferencialmente com formação em engenharia e/ou arquitetura.

A designação da comissão justifica-se pela complexidade técnica, vulto financeiro e características operacionais da contratação, visando assegurar maior controle, segregação de funções, transparência e mitigação de riscos na execução contratual.

Compete à comissão de fiscalização técnica:

I – acompanhar e verificar a execução dos serviços quanto à conformidade com os projetos executivos, especificações técnicas, normas da ABNT, normas regulamentadoras e demais legislações aplicáveis;

II – fiscalizar a qualidade dos materiais, equipamentos e serviços empregados na execução da obra;

III – registrar ocorrências em diário de obra, relatórios técnicos e demais documentos de acompanhamento contratual;

IV – determinar a correção de falhas, vícios, defeitos ou irregularidades constatadas na execução dos serviços;

V – rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o contrato, projetos ou especificações técnicas;

VI – determinar a paralisação de serviços executados em desacordo com as condições técnicas, normas aplicáveis ou requisitos de segurança;

VII – atestar as medições dos serviços efetivamente executados e aprovados;

VIII – acompanhar testes operacionais, partidas assistidas, comissionamentos e entrega dos sistemas instalados;

IX – elaborar relatórios periódicos de acompanhamento físico e financeiro da obra.

17.3 FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO

O fiscal administrativo será responsável pelo acompanhamento dos aspectos administrativos da execução contratual, competindo-lhe:

I – verificar a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada durante toda a execução contratual;

II – conferir a documentação necessária para fins de medição e pagamento;

III – acompanhar empenhos, pagamentos, garantias contratuais, glosas, reajustes, apostilamentos e termos aditivos;

IV – apoiar o gestor do contrato na instrução processual e na formalização dos atos administrativos relacionados à execução contratual;

V – acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais acessórias e administrativas;

VI – auxiliar no controle de prazos contratuais e na formalização de ocorrências administrativas;

VII – solicitar documentos comprobatórios e esclarecimentos necessários à adequada instrução e fiscalização administrativa do contrato;

VIII – comunicar ao gestor do contrato e à fiscalização técnica eventuais irregularidades, inadimplementos ou descumprimentos contratuais identificados durante a execução;

IX – atuar tempestivamente na adoção das providências administrativas cabíveis, observados os limites de sua competência.

17.4 APOIO À FISCALIZAÇÃO

A Administração poderá contratar terceiros especializados para auxiliar na fiscalização, supervisão ou gerenciamento da obra, quando necessário, sem prejuízo da responsabilidade dos agentes públicos formalmente designados.

17.5 DISPOSIÇÕES GERAIS

I – O exercício da fiscalização pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade técnica, civil, administrativa ou contratual da contratada pela execução integral do objeto;

II – As determinações da fiscalização deverão ser formalmente registradas e comunicadas à contratada;

III – A contratada deverá prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização, bem como facilitar o acesso às áreas da obra e aos documentos relacionados à execução contratual;

IV – As decisões que ultrapassarem a competência dos fiscais deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis;

V – Poderão ser realizadas reuniões periódicas de acompanhamento entre a fiscalização, gestor do contrato e contratada, visando monitorar a execução da obra, avaliar o cumprimento do cronograma físico-financeiro e definir providências necessárias à adequada execução contratual.

17.6 RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DA OBRA

O objeto deste Projeto Básico será recebido na forma prevista na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observando-se os seguintes procedimentos:

a) Recebimento Provisório

O recebimento provisório será realizado pela fiscalização do contrato no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da comunicação formal da conclusão dos serviços pela contratada.

Nesta etapa será verificada a conformidade da obra com:

- os projetos executivos aprovados;
- as especificações técnicas;
- as normas aplicáveis;
- o contrato administrativo e o Projeto Básico.

O recebimento provisório será formalizado mediante termo circunstanciado e poderá resultar em:

I – aceitação provisória da obra, quando constatada conformidade com as exigências contratuais; ou

II – rejeição, total ou parcial, quando identificadas falhas, vícios, defeitos ou inconformidades, hipótese em que a contratada deverá promover, às suas expensas, as correções necessárias no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

b) Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo será realizado em até 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento provisório, mediante avaliação técnica detalhada da obra executada.

Durante esse período serão verificados:

- o desempenho da obra;
- a estabilidade e funcionamento dos sistemas instalados;
- a inexistência de vícios aparentes ou ocultos;
- a execução dos testes operacionais, partidas assistidas e comissionamentos;
- o cumprimento integral das obrigações contratuais.

O recebimento definitivo será formalizado mediante termo circunstanciado emitido pela fiscalização do contrato.

c) Condições para o Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ficará condicionado à apresentação, pela contratada, da documentação técnica pertinente, incluindo, no mínimo:

- I – projetos “As Built”;
- II – ART/RRT de execução;
- III – laudos técnicos, certificados e relatórios de testes;
- IV – manuais de operação, manutenção e garantias dos equipamentos e sistemas instalados;
- V – comprovação das ligações definitivas das instalações, quando aplicável;
- VI – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB/CLCB, quando aplicável;
- VII – demais documentos técnicos exigidos pela legislação, fiscalização ou contrato.

A liberação do pagamento final ficará condicionada ao recebimento definitivo da obra e à entrega integral da documentação técnica exigida.

d) Responsabilidade da Contratada

O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela solidez, segurança, qualidade e perfeito funcionamento da obra executada, nem por vícios, defeitos ou irregularidades decorrentes da execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

A contratada permanecerá responsável pela correção, às suas expensas, de quaisquer defeitos, falhas ou irregularidades identificadas durante o prazo legal e contratual de garantia da obra.

18. Garantia dos serviços e Contratual

18. GARANTIA DOS SERVIÇOS E GARANTIA CONTRATUAL

18.1 Garantia dos Serviços

A contratada responderá pela solidez e segurança da obra pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 618 do Código Civil, bem como pelos vícios aparentes ou ocultos, defeitos ou incorreções decorrentes da execução dos serviços.

Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

A notificação para correção poderá ser realizada pela Administração a qualquer tempo dentro do prazo de garantia, devendo a contratada iniciar as providências no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

O descumprimento do prazo para correção sujeitará a contratada à aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da execução da garantia contratual.

18.2 Garantia Contratual

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será exigida da contratada a prestação de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 a 99 da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto no edital e no contrato.

A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, nas seguintes modalidades:

- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária.

O valor da garantia corresponderá a até **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, podendo ser elevado até 10% (dez por cento) nas hipóteses previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica.

A garantia poderá ser executada pela Administração nos casos de:

- I – inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais;
- II – não correção de falhas, vícios ou irregularidades apontadas pela fiscalização;
- III – aplicação de penalidades que resultem em prejuízo à Administração.

A garantia será liberada ou restituída após a execução integral do contrato e o recebimento definitivo da obra, observadas as condições contratuais e a legislação aplicável.

18.3 Instrumento Contratual

O instrumento contratual será formalizado por meio de Termo de Contrato, a ser elaborado pela Assessoria Jurídica do CREMERO, com assinatura eletrônica por meio do sistema SEI/RO.

A empresa vencedora deverá possuir cadastro como Usuário Externo no sistema SEI/RO, como condição para assinatura do contrato.

A adjudicatária terá o prazo de **02 (dois)** dias úteis para assinatura do contrato, contados da comunicação formal, que poderá ocorrer por meio eletrônico.

A recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, durante a vigência da proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades previstas na legislação aplicável.

O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, nos termos do art. 104 da referida Lei.

19. Infrações e sanções

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A aplicação das sanções, não exclui, em hipótese alguma a reparação integral do dano causado à Administração Pública;

São infrações administrativas - nos termos do Artigo 155 da Lei 14.133/21:

"Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A aplicação das sanções observará os critérios previstos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, especialmente a natureza da infração, os danos causados à Administração, a vantagem auferida e as circunstâncias atenuantes ou agravantes.

20. Sustentabilidade

A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021, compatíveis com o objeto e com a execução da obra, além dos descritos no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste projeto.

A contratada deverá adotar, sempre que possível, práticas que promovam:

- I – o uso racional de recursos naturais;
- II – a adequada gestão e destinação dos resíduos da construção civil, conforme a legislação ambiental vigente;
- III – a redução de desperdícios de materiais e insumos;
- IV – o cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

O atendimento aos critérios de sustentabilidade não poderá restringir a competitividade do certame nem comprometer a execução do objeto.

21. subcontratação

21. subcontratação (Lei nº 14.133/2021 – art. 122)

- ☐ Vedada totalmente
- ☐ Permitida parcialmente
- ☒ Permitida até determinado percentual

Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 30% do valor contratual, desde que previamente autorizada pela Administração.

A subcontratação não exime a contratada da responsabilidade integral pela execução dos serviços, permanecendo esta responsável técnica, civil e administrativamente perante a Administração.

É vedada a subcontratação de parcelas consideradas essenciais ou de maior relevância técnica do objeto, conforme definido no edital.

Poderão ser subcontratados, especificamente, os seguintes serviços especializados:

- execução da fachada em pele de vidro;
- fornecimento e instalação da plataforma elevatória de acessibilidade.

A empresa subcontratada deverá comprovar regularidade fiscal e trabalhista, bem como possuir capacidade técnica compatível com os serviços a serem executados.

A contratada principal permanecerá integralmente responsável pela coordenação, qualidade técnica e cumprimento dos prazos contratuais, inclusive pelos serviços executados pela subcontratada

24.1. JUSTIFICATIVA

A previsão de subcontratação parcial limita-se aos serviços de execução da fachada em pele de vidro e ao fornecimento e instalação da plataforma elevatória de acessibilidade, por se tratarem de serviços especializados, usualmente executados por empresas específicas do setor.

A medida visa ampliar a competitividade do certame, sem comprometer a responsabilidade da contratada principal pela execução integral do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

22. Participação ou não de empresas reunidas

22. Participação ou não de empresas reunidas forma consórcio e das cooperativas.

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação possui complexidade compatível com a execução por empresa individualmente considerada, sendo plenamente viável sua execução integral por um único contratado, sem prejuízo à competitividade, à economicidade e à eficiência da contratação.

Da mesma forma, não será admitida a participação de cooperativas, considerando que o objeto envolve a execução de serviços que demandam subordinação direta, habitualidade e pessoalidade dos trabalhadores, circunstâncias incompatíveis com o regime jurídico do cooperativismo, sob pena de caracterização de intermediação irregular de mão de obra.

22.1. JUSTIFICATIVA PARA A VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio não constitui direito subjetivo do licitante, tratando-se de faculdade da Administração, a ser admitida ou vedada conforme as características do objeto e o interesse público, desde que a decisão seja devidamente motivada.

Da mesma forma, a participação de cooperativas em licitações públicas, embora não seja vedada de forma absoluta, deve ser avaliada à luz da compatibilidade entre a natureza do objeto contratado e o regime jurídico cooperativista, especialmente quanto à autonomia dos cooperados e à vedação à intermediação irregular de mão de obra.

No presente caso, a contratação tem por objeto a execução de reforma predial, a ser realizada sob o regime de empreitada por preço global, com projetos técnicos previamente definidos, escopo claramente delimitado e padrões de desempenho e qualidade objetivamente estabelecidos, envolvendo a execução integrada de serviços de engenharia, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos.

A análise técnica do objeto demonstra que:

os serviços a serem executados não apresentam complexidade técnica extraordinária;

o mercado dispõe de empresas individualmente capacitadas, técnica e economicamente, para a execução integral do objeto;

o valor estimado da contratação é compatível com a capacidade operacional e financeira de empresas do ramo da construção civil, não exigindo a soma de capacidades empresariais;

a execução por uma única empresa favorece a clareza na responsabilização, a eficiência da fiscalização, a gestão contratual e a mitigação de riscos de inadimplemento parcial.

Nesse contexto, a admissão de consórcios não se revela necessária para ampliação da competitividade, podendo, ao contrário, dificultar a fiscalização, fragmentar responsabilidades e comprometer a eficiência da execução contratual, em afronta aos princípios da eficiência, do interesse público e da segurança da contratação, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que é lícita a vedação à participação de consórcios, desde que devidamente justificada, quando o objeto puder ser executado por empresa individualmente considerada, sem prejuízo à competitividade, conforme, entre outros, os Acórdãos TCU nº 1.214/2013, nº 2.622/2013 e nº 1.884/2016, todos[1] do Plenário.

No que se refere às cooperativas, o objeto da contratação envolve serviços de engenharia e reforma predial que demandam:

- atuação contínua no canteiro de obras;
- coordenação técnica direta;
- cumprimento de jornada;
- observância de ordens e rotinas operacionais definidas pela empresa executora;
- responsabilidade técnica formalmente atribuída à contratada.

Tais características são incompatíveis com o modelo cooperativista, por configurarem subordinação direta, pessoalidade e habitualidade na prestação dos serviços, circunstâncias que podem caracterizar intermediação irregular de mão de obra, prática vedada pelo ordenamento jurídico.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que é legítima a vedação à participação de cooperativas quando o objeto da contratação envolver atividades incompatíveis com a autonomia típica do cooperado ou quando houver risco de burla à legislação trabalhista, conforme, entre outros, os Acórdãos TCU nº 1.246/2012, nº 2.132/2014 e nº 3.019/2015, todos do Plenário.

No mesmo sentido, a Advocacia-Geral da União orienta que a Administração deve vedar a participação de cooperativas quando caracterizada a prestação de serviços com subordinação, pessoalidade e habitualidade, sob pena de responsabilização do gestor e nulidade do certame.

Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio e de cooperativas encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, nos entendimentos consolidados do Tribunal de Contas da União, nas orientações da Advocacia-Geral da União e nos princípios da eficiência, economicidade, segurança jurídica, interesse público e adequada gestão contratual, não implicando restrição indevida à competitividade do certame, mas medida adequada, proporcional e necessária à correta execução do objeto e à mitigação de riscos administrativos, técnicos e trabalhistas.

[1] Nota Explicativa:

A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio e de cooperativas encontra respaldo em entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União e nas orientações da Advocacia-Geral da União, segundo os quais:

(i) a participação em consórcio não constitui direito subjetivo do licitante, tratando-se de faculdade da Administração, passível de admissão ou vedação conforme as características do objeto e o interesse público, desde que devidamente motivada (Acórdãos TCU nº 1.214/2013, nº 2.622/2013 e nº 1.884/2016 – Plenário);

(ii) é legítima a vedação à participação de consórcios quando o objeto puder ser executado por empresa individualmente considerada, sem prejuízo à competitividade e quando a medida contribuir para maior eficiência da execução contratual, clareza na responsabilização e facilidade de fiscalização;

(iii) a participação de cooperativas em licitações públicas deve ser vedada quando o objeto da contratação envolver prestação de serviços com subordinação, pessoalidade e habitualidade, incompatíveis com a autonomia típica do cooperado, sob pena de caracterização de intermediação irregular de mão de obra (Acórdãos TCU nº 1.246/2012, nº 2.132/2014 e nº 3.019/2015 – Plenário);

(iv) a Advocacia-Geral da União orienta que cabe à Administração avaliar, de forma motivada, a compatibilidade do objeto com a participação de consórcios e cooperativas, especialmente para prevenir riscos à execução contratual e à legislação trabalhista.

23. Da fraude e da corrupção e lei de proteção de dados

23. Da fraude e da corrupção e lei de proteção de dados

Da Fraude e da Corrupção

As partes declaram que conhecem e se obrigam a cumprir integralmente as normas de prevenção e combate à fraude e à corrupção, especialmente as previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), na Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis.

A contratada compromete-se a não oferecer, prometer, pagar, autorizar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida a agente público ou a terceiro relacionado à contratação, devendo adotar conduta ética e íntegra durante todas as fases da execução contratual.

A prática de atos lesivos à Administração Pública, de fraude à licitação ou de corrupção, devidamente apurada em processo administrativo, sujeitará a contratada às sanções previstas na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

23.1. VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

É vedada a participação na presente licitação:

De empresa ou profissional responsável pela elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia que fundamentam a presente contratação, bem como de seus sócios, empregados, prepostos, empresas coligadas ou controladas e eventuais subcontratadas, direta ou indiretamente, na licitação destinada à execução das obras decorrentes dos referidos projetos;

De empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto possui complexidade compatível com a execução por empresa individualmente considerada, sendo plenamente viável sua execução integral por um único contratado, sem prejuízo à competitividade, à economicidade e à eficiência da contratação;

De cooperativas, considerando que o objeto envolve a execução de serviços que demandam subordinação direta, habitualidade e pessoalidade dos trabalhadores, circunstâncias incompatíveis com o regime jurídico do cooperativismo, sob pena de caracterização de intermediação irregular de mão de obra.

26.1.1. JUSTIFICATIVA LEGAL E TÉCNICA

As vedações acima fundamentam-se nos princípios da isonomia, moralidade, impessoalidade, eficiência e segregação de funções, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como no disposto no art. 9º da referida Lei, que veda a participação, direta ou indireta, de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto básico ou executivo da contratação.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado acerca da necessidade de segregação entre as fases de elaboração de projetos e execução contratual, bem como da legitimidade da vedação à participação de consórcios e cooperativas quando devidamente justificada, conforme, entre outros, os Acórdãos TCU nº 1.732/2003, nº 785/2018, nº 1.214/2013, nº 2.622/2013 e nº 1.246/2012, todos do Plenário.

26.2. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A contratada deverá observar, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente no tratamento de dados pessoais eventualmente acessados ou utilizados em razão da execução do contrato.

O tratamento de dados pessoais deverá limitar-se às finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratual, sendo vedado o uso para fins diversos, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas.

A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração ou divulgação indevida, respondendo por eventuais danos decorrentes de tratamento irregular.

24. Dos casos omissos

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Legislação vigente (Lei 14.133 /2021 suas alterações), bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

25. Instrumento contratual

O instrumento contratual decorrente da presente contratação será formalizado por meio de Termo de Contrato, a ser elaborado pelo Setor de Licitações do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, com posterior análise de legalidade pela Assessoria Jurídica.

A assinatura do contrato será realizada exclusivamente por meio eletrônico, via Sistema Eletrônico de Informações – SEI/RO, sistema oficial adotado pelo CREMERO para formalização de seus atos administrativos.

A empresa vencedora será formalmente convocada para assinatura do contrato. A adjudicatária deverá possuir cadastro como Usuário Externo no SEI /RO.

Caso não possua, deverá providenciá-lo previamente, como condição indispensável à formalização do contrato, sem prejuízo do prazo estabelecido para assinatura.

A adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para assinatura do contrato, contados do recebimento da comunicação oficial, que poderá ocorrer por meio eletrônico, inclusive via e-mail ou aplicativo de mensagens.

A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, dentro da validade de sua proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, conforme previsto no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

26. Disposições finais

Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº14.133/21, Instrução Normativa nº5/2017 /MPOG e alterações, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

Nas comunicações do CREMERO com a CONTRATADA, deverá ser feitas por e-mail, a Contratada deverá acusar o recebimento em até 02 (dois) dias úteis, a contar da data de envio, findo esse prazo, e não havendo retorno da Contratada, daremos por recebida a comunicação.

Se houver mudança de email, fica a cargo da CONTRATADA informar a CONTRATANTE, no prazo de até 02 (dois) dias úteis o ocorrido.

Não serão aceitas alegações futuras, declaração de desconhecimento de fatos, estados, totalidades, partes ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a entrega do objeto deste Termo de Referência. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

As omissões dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei nº14.133/21 e suas alterações, e/ou subsidiariamente no disposto acima, caso persista a pendência pelos Técnicos desta unidade .

Os produtos ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinente.

Contato exclusivo por E-mail : licitacao@cremero.org.br

ANEXOS DO PROJETO BÁSICO

ANEXO I – Minuta do Contrato Administrativo

Minuta do instrumento contratual a ser celebrado entre o CREMERO e a futura contratada.

ANEXO II – Matriz de Riscos

Documento contendo a identificação, classificação, análise e medidas de tratamento dos principais riscos relacionados à contratação e execução da obra.

ANEXO III – Modelo de Declaração de Vistoria

Modelo de declaração para comprovação de realização de vistoria técnica no local da obra.

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria

Modelo de declaração para licitantes que optarem pela não realização de vistoria técnica.

ANEXO V – Modelo de Declaração de Disponibilidade de Pessoal Técnico

Modelo de declaração referente à disponibilidade da equipe técnica mínima exigida para execução dos serviços.

ANEXO VI – Modelo de Carta Proposta da Licitante

Modelo de apresentação da proposta comercial da licitante.

ANEXO VII – Modelo de Boletim de Medição de Obra

Documento padrão para registro e acompanhamento das medições da execução contratual.

ANEXO VIII – Modelo de Diário de Obra

Documento destinado ao registro diário das atividades executadas, ocorrências, orientações da fiscalização e acompanhamento da obra.

ANEXOS TÉCNICOS

ANEXO - Memorial Descritivo

Documento contendo a descrição técnica dos serviços, materiais, métodos executivos e padrões mínimos de qualidade da obra.

ANEXO – Projetos Arquitetônicos e Complementares

Conjunto de projetos necessários à execução da obra, incluindo projetos arquitetônicos, elétricos, hidrossanitários, climatização, acessibilidade, prevenção e combate a incêndio e demais disciplinas aplicáveis.

ANEXO – Planilha Orçamentária Sintética, Analítica, Cronograma Físico e Financeiro e Curva ABC de Insumos e de Serviços

Planilhas contendo quantitativos, itens de serviços, custos unitários e valores estimados da contratação.

ANEXO – Composição de BDI

Demonstrativo da composição do BDI adotado na contratação, conforme parâmetros aplicáveis às obras públicas de engenharia.

ANEXO – ART/RRT e Documentos Técnicos Complementares

Documentos de responsabilidade técnica, estudos complementares e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

Encontra-se no DRIVE , conforme link :

https://drive.google.com/drive/folders/1Dr31P8NrUFBww878r534IBWzoahBBg-M?usp=drive_link

28. ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº ____/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CREMERO E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CREMERO, autarquia federal criada pela Lei nº 3.268/1957, inscrito no CNPJ sob nº _____, com sede na Avenida dos Imigrantes, nº 3414, Bairro Liberdade, Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, decorrente da Concorrência Eletrônica nº ____/2026, Processo Administrativo nº _____, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução da reforma da sede administrativa do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, compreendendo serviços de engenharia civil, adequações estruturais, instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, cabeamento estruturado, sistemas de prevenção e combate a incêndio, acessibilidade, esquadrias, revestimentos, acabamentos e demais serviços previstos nos projetos executivos e documentos técnicos integrantes da contratação.

1.2. Integram o objeto:

- I – fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra;
- II – mobilização e desmobilização;
- III – testes, laudos, comissionamentos e partidas assistidas;
- IV – entrega de documentação técnica, projetos “As Built”, ART/RRT e demais documentos exigidos.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I – o Edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2026;
- II – o Projeto Básico e seus anexos;
- III – o Estudo Técnico Preliminar;
- IV – a Matriz de Riscos;
- V – a proposta da CONTRATADA;
- VI – os projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A execução da obra deverá observar integralmente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, normas da ABNT, normas do Corpo de Bombeiros, normas de segurança do trabalho e demais documentos integrantes da contratação.

2.3. A CONTRATADA declara que examinou previamente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação, considerando-os suficientes para a formulação de sua proposta e para a adequada execução do objeto contratual.

2.4. Em conformidade com o regime de empreitada por preço global, a CONTRATADA assume os riscos ordinários decorrentes de eventuais inconsistências, omissões, divergências de quantitativos ou especificações que poderiam ser identificadas por profissional técnico diligente durante a fase de elaboração da proposta, não cabendo pedido de reequilíbrio econômico-financeiro fundamentado exclusivamente em alegação de desconhecimento do objeto ou de seus elementos constitutivos, ressalvadas as hipóteses de erro grosseiro, dolo, vício oculto imputável à Administração ou demais situações legalmente aptas a ensejar revisão contratual nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 3.1. O prazo de execução da obra será de 08 (oito) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE, observando-se o cronograma físico-financeiro aprovado e os prazos parciais estabelecidos para cada etapa da execução.
- 3.2. A vigência do presente contrato será de 15 (quinze) meses, contados da data de sua assinatura, compreendendo o período necessário à mobilização, execução da obra, medições, pagamentos, recebimento provisório, recebimento definitivo, ajustes finais, encerramento contratual e demais procedimentos administrativos relacionados à contratação.
- 3.3. O cronograma físico-financeiro integrará o presente contrato para todos os fins legais e contratuais.
- 3.4. A mobilização, instalação do canteiro de obras e início efetivo dos serviços deverão ocorrer conforme planejamento executivo apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela fiscalização contratual.
- 3.5. Eventuais alterações de prazo ou prorrogações contratuais observarão as hipóteses legalmente previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica formalmente motivada e aprovação da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

- 4.1. O valor global do presente contrato é de R\$ _____ (_____).
- 4.2. No valor contratado estão incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive:
- I – mão de obra;
 - II – materiais e equipamentos;
 - III – transporte e logística;
 - IV – tributos, taxas e contribuições;
 - V – encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
 - VI – seguros;
 - VII – mobilização e desmobilização;
 - VIII – EPIs e EPCs;
 - IX – testes, laudos e comissionamentos;
 - X – demais custos diretos e indiretos necessários à execução da obra.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
- Conta: _____
- Centro de Custo: _____
- Fonte: _____

CLÁUSULA SEXTA – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

6.1. Os pagamentos serão realizados conforme medições dos serviços efetivamente executados, aprovados pela fiscalização contratual e compatíveis com o cronograma físico-financeiro.

6.2. As medições deverão ser instruídas com:

I – boletim de medição;

II – memória de cálculo;

III – relatório fotográfico;

IV – diário de obra;

V – documentação trabalhista e fiscal exigida;

VI – certidões de regularidade;

VII – demais documentos solicitados pela fiscalização.

6.3. O pagamento ficará condicionado:

I – à regular execução dos serviços;

II – à aprovação da fiscalização;

III – à manutenção das condições de habilitação;

IV – à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

6.4. Poderão ser glosados valores referentes a serviços:

I – não executados;

II – executados em desconformidade com os projetos e especificações;

III – sem comprovação documental adequada.

6.5. O pagamento será realizado no prazo de até ____ dias úteis após o atesto da medição.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimativo da contratação.

7.2. O reajuste observará o índice setorial aplicável às obras e serviços de engenharia.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A garantia poderá ser apresentada nas modalidades legalmente admitidas.

8.3. A garantia responderá por:

I – prejuízos decorrentes da execução contratual;

II – multas aplicadas;

III – inadimplementos trabalhistas, previdenciários e fiscais;

IV – danos causados à Administração ou terceiros.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I – executar os serviços em conformidade com os projetos executivos, normas técnicas e determinações da fiscalização;
- II – fornecer mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários à execução;
- III – manter responsável técnico habilitado durante toda a execução;
- IV – cumprir normas de segurança do trabalho e medicina ocupacional;
- V – fornecer EPIs e EPCs;
- VI – reparar falhas, vícios e defeitos identificados;
- VII – manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;
- VIII – responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais;
- IX – responder por danos causados à Administração ou terceiros;
- X – entregar projetos “As Built”, laudos, testes, manuais e documentação técnica final.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I – disponibilizar o local da obra;
- II – fornecer os documentos técnicos necessários;
- III – acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- IV – atestar medições e efetuar pagamentos;
- V – notificar a CONTRATADA sobre irregularidades;
- VI – promover o recebimento provisório e definitivo da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscais formalmente designados pelo CONTRATANTE.

11.2. A fiscalização técnica verificará a execução dos serviços, qualidade dos materiais, conformidade com os projetos e atendimento às normas técnicas.

11.3. A fiscalização administrativa acompanhará:

- I – regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- II – medições e pagamentos;
- III – garantias;
- IV – glosas;
- V – apostilamentos e termos aditivos.

11.4. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A subcontratação parcial dependerá de autorização prévia e formal do CONTRATANTE.

12.2. É vedada a subcontratação integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Eventuais alterações contratuais observarão as hipóteses previstas nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas poderá ensejar aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Poderão ser aplicadas:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

15.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

16.1. O recebimento provisório ocorrerá após conclusão dos serviços e emissão de termo circunstanciado pela fiscalização.

16.2. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação:

I – da conformidade da obra;

II – do funcionamento dos sistemas;

III – da entrega da documentação técnica;

IV – dos testes e laudos;

V – dos projetos “As Built”.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MATRIZ DE RISCOS

17.1. A Matriz de Riscos integrante do processo administrativo passa a integrar o presente contrato para todos os fins.

17.2. Os riscos serão tratados conforme responsabilidades atribuídas à Administração, CONTRATADA ou de forma compartilhada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021.

18.2. A CONTRATADA deverá observar integralmente as normas ambientais, trabalhistas, previdenciárias, técnicas e de segurança aplicáveis.

18.3. Integram o presente contrato os documentos técnicos da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Rondônia para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento.

Porto Velho/RO, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

29. ANEXO II -MATRIZ DE RISCO

ANEXO II - MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

Matriz de Riscos referente à contratação de empresa especializada para execução da reforma da sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, compreendendo execução de obra civil, instalações prediais, acessibilidade, climatização, cabeamento estruturado, sistemas de prevenção e combate a incêndio, esquadrias e demais serviços previstos nos projetos executivos.

2. FINALIDADE

A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, analisar, classificar e estabelecer medidas de tratamento e mitigação dos principais riscos associados à contratação e execução da obra, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, segurança jurídica e gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021.

A matriz busca:

- ampliar a previsibilidade da execução contratual;
- reduzir riscos de paralisação da obra;
- definir responsabilidades entre Administração e contratada;
- mitigar impactos financeiros, operacionais e administrativos;
- fortalecer a governança e a fiscalização contratual.

3. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

3.1 Probabilidade

A probabilidade de ocorrência dos riscos será classificada conforme os seguintes parâmetros:

Baixa (B): probabilidade de ocorrência de até 30%.

Média (M): probabilidade de ocorrência superior a 30% e até 70%.

Alta (A): probabilidade de ocorrência superior a 70%.

3.2 Impacto

O impacto dos riscos será classificado considerando seus efeitos sobre prazo, custo, qualidade ou continuidade da execução contratual, observados os seguintes parâmetros:

Baixo (B):

- impacto financeiro de até 5% do valor contratual; ou
- atraso de até 15 dias no cronograma; ou
- prejuízo limitado, sem comprometimento relevante da execução.

Médio (M):

- impacto financeiro superior a 5% e até 15% do valor contratual; ou
- atraso entre 16 e 45 dias; ou
- comprometimento parcial da execução, passível de correção sem paralisação significativa.

Alto (A):

- impacto financeiro superior a 15% do valor contratual; ou
- atraso superior a 45 dias; ou
- comprometimento relevante da execução, paralisação dos serviços ou prejuízo significativo ao funcionamento institucional
- Alto (A): impacto relevante na execução, continuidade da obra ou funcionamento institucional.

3.3 Nível do Risco

O nível do risco será definido pela combinação entre probabilidade e impacto:

- Baixo;
- Médio;
- Alto;
- Crítico.

4. MATRIZ DE RISCOS

Nº	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Responsável	Medidas Preventivas/Mitigadoras
1	Atraso na execução da obra	Média	Alto	Alto	Contratada	Planejamento executivo; cronograma físico-financeiro; fiscalização contínua; reuniões periódicas; aplicação de penalidades.
2	Paralisação parcial das atividades administrativas do CREMERO	Média	Alto	Alto	Compartilhado	Execução faseada; isolamento das áreas; planejamento operacional; comunicação entre contratada e fiscalização.
3	Incompatibilidade entre projetos executivos	Baixa	Alto	Médio	Administração	Compatibilização prévia dos projetos; análise técnica antes da execução; esclarecimentos pela fiscalização.
4	Identificação de patologias ocultas na edificação	Média	Alto	Alto	Compartilhado	Avaliação técnica imediata; emissão de parecer técnico; adoção dos mecanismos legais cabíveis.
5	Variação significativa de preços de insumos	Média	Médio	Médio	Contratada	Planejamento de compras; gestão de suprimentos; observância ao regime de empreitada por preço global.
6	Inexecução parcial dos serviços	Média	Alto	Alto	Contratada	Fiscalização contínua; medições por etapa; aplicação de sanções contratuais.
7	Baixa qualidade dos serviços executados	Média	Alto	Alto	Contratada	Controle tecnológico; inspeções; testes; rejeição de serviços irregulares.
8	Acidentes de trabalho	Média	Alto	Alto	Contratada	Cumprimento das NRs; EPIs/EPCs; treinamento; sinalização; fiscalização de segurança.

9	Descumprimento de normas técnicas	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Exigência de ART/RRT; fiscalização técnica; verificação dos serviços executados.
10	Interferência indevida nos sistemas existentes da edificação	Média	Alto	Alto	Compartilhado	Execução controlada; desligamentos programados; testes prévios; acompanhamento técnico.
11	Falhas na execução das instalações elétricas	Média	Alto	Alto	Contratada	Execução conforme normas técnicas; testes operacionais; comissionamento; fiscalização especializada.
12	Falhas na execução do cabeamento estruturado	Média	Médio	Médio	Contratada	Certificação da rede; testes; identificação dos pontos; conferência técnica.
13	Não obtenção do AVCB/CLCB	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Execução conforme PPCI; observância das exigências do Corpo de Bombeiros; testes e laudos.
14	Falhas na climatização e exaustão	Média	Médio	Médio	Contratada	Testes operacionais; partidas assistidas; comissionamento dos sistemas.
15	Problemas na instalação da plataforma elevatória	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Instalação por empresa especializada; laudos; testes; observância das normas de acessibilidade.
16	Danos ao patrimônio existente	Média	Médio	Médio	Contratada	Proteção das áreas; isolamento físico; controle operacional; responsabilização contratual.
17	Falhas na gestão de resíduos da construção civil	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	PGRCC; destinação ambientalmente adequada; comprovação documental.
18	Atraso na entrega de materiais e equipamentos	Média	Médio	Médio	Contratada	Planejamento logístico; programação de compras; acompanhamento do cronograma.
19	Subcontratação inadequada	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	Controle e aprovação prévia da fiscalização; verificação de capacidade técnica.
20	Inadimplência trabalhista da contratada	Média	Alto	Alto	Contratada	Fiscalização administrativa; retenções legais; exigência de regularidade fiscal e trabalhista.
21	Abandono da obra pela contratada	Baixa	Alto	Alto	Contratada	Garantia contratual; aplicação de sanções; convocação remanescente; medidas administrativas e judiciais.
22	Propostas inexequíveis	Média	Alto	Alto	Administração	Análise de exequibilidade; diligências; garantia da proposta; verificação de custos unitários.
23	Falhas na fiscalização da obra	Baixa	Alto	Médio	Administração	Designação formal de fiscais; comissão de fiscalização; relatórios periódicos.

24	Descumprimento do cronograma físico-financeiro	Média	Alto	Alto	Contratada	Controle de execução; reuniões periódicas; notificações formais; revisão operacional.
25	Necessidade de alteração contratual	Média	Médio	Médio	Compartilhado	Planejamento prévio; controle técnico; adoção dos mecanismos legais da Lei nº 14.133/2021.
26	Interrupção do fornecimento de energia ou água durante a obra	Média	Médio	Médio	Compartilhado	Planejamento operacional; comunicação prévia; execução programada dos desligamentos.
27	Riscos climáticos e intempéries	Média	Médio	Médio	Compartilhado	Planejamento de execução; proteção de materiais e frentes de serviço.
28	Não entrega da documentação técnica final	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	Condicionar recebimento definitivo à entrega dos documentos técnicos e “As Built”.
29	Falhas no comissionamento e testes dos sistemas	Média	Alto	Alto	Contratada	Testes operacionais; partidas assistidas; emissão de laudos técnicos.
30	Judicialização ou impugnação do certame	Baixa	Médio	Baixo	Administração	Fundamentação técnica e jurídica do processo; observância da Lei nº 14.133/2021.

5. ESTRATÉGIA DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

O gerenciamento dos riscos da contratação será realizado mediante:

- planejamento técnico detalhado;
- compatibilização prévia dos projetos;
- fiscalização contínua da execução;
- acompanhamento do cronograma físico-financeiro;
- reuniões periódicas de monitoramento;
- emissão de relatórios técnicos e fotográficos;
- utilização de diário de obra;
- comunicação formal entre fiscalização e contratada;
- controle de medições e pagamentos;
- aplicação de sanções administrativas quando cabíveis;
- utilização dos mecanismos legais de alteração contratual previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. ALOCAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Administração

Compete à Administração:

- disponibilizar projetos e documentos técnicos adequados;
- promover fiscalização e gestão contratual;
- acompanhar a execução da obra;
- atestar medições e pagamentos;

- adotar providências administrativas em caso de inadimplemento.

Contratada

Compete à contratada:

- executar integralmente a obra;
- garantir qualidade, segurança e desempenho dos serviços;
- cumprir normas técnicas e de segurança;
- manter responsável técnico habilitado;
- fornecer materiais, mão de obra e equipamentos;
- reparar falhas e danos decorrentes da execução.

Responsabilidade Compartilhada

Os riscos decorrentes de fatos supervenientes, interferências operacionais, condições ocultas da edificação ou eventos imprevisíveis poderão ser tratados de forma compartilhada, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Matriz de Riscos integra os documentos da contratação e deverá orientar a gestão, fiscalização e execução contratual, podendo ser revisada e atualizada durante a execução da obra, quando necessário, mediante justificativa técnica e observância das disposições da Lei nº 14.133/2021.

30. MODELOS ANEXOS.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/20XX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/20XX

A realização da vistoria **não constitui condição obrigatória** para participação na licitação. Contudo, as LICITANTES ficam cientes de que, após a apresentação das propostas, **não serão admitidas alegações posteriores de desconhecimento das condições locais**, dificuldades técnicas previsíveis ou inviabilidade de cumprimento das obrigações contratuais.

Empresa: _____

CNPJ: _____

Declaramos, para os devidos fins, que realizamos vistoria técnica no(s) local(is) de execução dos serviços objeto da **Concorrência Eletrônica nº ____/20XX**, cujo objeto é:

OBJETO:

Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias ao adequado cumprimento do objeto da licitação, estando plenamente de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, que o integram independentemente de transcrição, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**.

Declaramos, ainda, que a vistoria foi realizada por representante devidamente habilitado, tendo sido verificadas as condições físicas, estruturais e operacionais do local, bem como o grau de complexidade dos serviços.

Declaramos que as condições observadas foram consideradas na elaboração da proposta comercial, não cabendo solicitação de aditivos contratuais decorrentes de fatos previsíveis ou passíveis de constatação em vistoria.

Local e data: _____

Responsável Técnico

(nome e nº do registro no CREA/CAU)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/20XX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/20XX

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº [CNPJ], sediada à [ENDEREÇO COMPLETO], por intermédio de seu representante legal, declara, sob as penas da lei, que **OPTAMOS POR NÃO REALIZAR VISTORIA** no local de execução do objeto da licitação em referência.

Declaramos possuir pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo integral responsabilidade por esta decisão, ficando a Administração isenta de quaisquer questionamentos futuros decorrentes da ausência de vistoria.

Declaramos, ainda, que não serão pleiteadas alterações contratuais de natureza técnica ou financeira sob alegação de desconhecimento das condições existentes no local de execução dos serviços.

Local e data: _____

Responsável Técnico
(nome e nº do registro no CREA/CAU)

Representante Legal da Empresa

Empresa: _____
CNPJ: _____

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO

PROCESSO Nº ____/20XX
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/20XX

OBJETO:

A empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ nº [CNPJ], sediada à [endereço completo], telefone [número], e-mail [e-mail], por intermédio de seu representante legal, DECLARA que possui equipe técnica disponível para execução dos serviços objeto desta licitação, composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

Equipe Técnica Mínima

I – Responsável Técnico

() Engenheiro Civil ou Arquiteto
Registro no CREA/CAU nº _____

Experiência comprovada em supervisão de serviços compatíveis com o objeto licitado, devendo permanecer na obra em tempo integral durante todo o período de execução dos serviços.

II – Encarregado de Serviços

Quantidade: _____
Profissional com experiência comprovada em serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, devendo permanecer na obra em tempo integral durante o período de execução.

Declaramos que os profissionais indicados possuem qualificação técnica compatível com as exigências do edital e estarão disponíveis durante toda a execução contratual.

Local e data: _____

Representante Legal da Empresa

(nome, cargo e assinatura)

ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CREMERO

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026
Processo Administrativo nº 25.22.000002650-0

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da reforma da sede administrativa do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia – CREMERO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada à _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem apresentar sua PROPOSTA COMERCIAL para execução do objeto acima identificado, nos seguintes termos:

1. VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Valor Global da Proposta: R\$ _____
(_____)

Percentual de desconto ofertado sobre o orçamento estimado da Administração: _____ %

2. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução da obra será de 08 (oito) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro integrante da contratação.

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta possui validade mínima de _____ (_____) dias, contados da data da sessão pública da licitação.

4. DECLARAÇÕES

Declaramos que:

- a) estão incluídos no valor proposto todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo mão de obra, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, transportes, logística operacional, seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração local da obra, mobilização, desmobilização, alimentação, hospedagem, EPIs, EPCs, testes, laudos, comissionamentos, destinação de resíduos, BDI e demais despesas incidentes;
- b) a proposta foi elaborada considerando integralmente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, condições operacionais da edificação e demais documentos integrantes da contratação;
- c) tomamos pleno conhecimento das condições locais da obra, das características da edificação e das condições operacionais para execução dos serviços;
- d) comprometemo-nos a executar os serviços em conformidade com as condições estabelecidas no edital, contrato e anexos;
- e) os preços apresentados contemplam todos os quantitativos, métodos executivos, logística operacional e demais condições necessárias à completa execução do objeto;
- f) manteremos válida a presente proposta durante todo o prazo estabelecido no edital.

5. DOCUMENTOS INTEGRANTES DA PROPOSTA

Integram a presente proposta:

- I – planilha orçamentária sintética e analítica;
- II – composição de BDI;
- III – cronograma físico-financeiro ajustado à proposta;
- IV – composição de custos unitários, quando exigida;
- V – garantia da proposta;
- VI – demais documentos exigidos no edital.

As planilhas deverão observar os quantitativos, unidades, composições e estrutura do orçamento estimado da Administração, preservando-se o desconto ofertado pela licitante.

Local e data.

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo: _____

ANEXO VII

MODELO DE BOLETIM DE MEDIÇÃO DE OBRA

Boletim de Medição nº: _____

Contrato nº: _____

Objeto: _____

Contratada: _____

Período da Medição:

// _____ a // _____

Fiscal do Contrato: _____

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade Contratada	Quantidade Executada no Período	Quantidade Acumulada	Saldo a Executar	Valor Unitário (R\$)	Valor da Medição (R\$)

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Resumo Financeiro

Valor total do contrato: R\$ _____

Valor acumulado anteriormente: R\$ _____

Valor desta medição: R\$ _____

Valor acumulado após medição: R\$ _____

Saldo contratual: R\$ _____

Declaração da Contratada

Declaramos que os serviços descritos foram executados conforme as especificações contratuais e encontram-se aptos à verificação pela fiscalização.

Local e data: _____

Responsável Técnico da Contratada

Fiscal do Contrato

ANEXO VIII

MODELO DE DIÁRIO DE OBRA

Diário de Obra nº: _____

Contrato nº: _____

Objeto da obra: _____

Local da obra: _____

Contratada: _____

Data: //_____

1. Condições Climáticas

Ensolarado Nublado Chuvoso Outros: _____

2. Serviços Executados no Dia

Item	Descrição do Serviço	Local de Execução	Situação

3. Mão de Obra Empregada

Engenheiro	
Mestre de obras	
Pedreiros	
Serventes	
Outros	

4. Equipamentos Utilizados

Equipamento	Quantidade	Situação

5. Materiais Recebidos ou Utilizados

Material	Quantidade	Observações

6. Ocorrências / Intercorrências

7. Orientações da Fiscalização

Responsável pela Contratada: _____

Fiscal da Obra / CREMERO: _____

31. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELIO SOBRAL DE CARVALHO JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 14:33:35.

JOAO PAULO CUADAL SOARES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 12:16:09.

LARISSA KLINGENFUS MOITINHO

Assessora de Governança e Licitação



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 14:30:46.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PLANO DE AÇÃO

Porto Velho, 27 de maio de 2026

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DA SEDE DO CREMERO

1. OBJETIVO

O presente Plano de Contingência tem por objetivo estabelecer medidas administrativas, operacionais e preventivas para garantir a continuidade das atividades institucionais do CREMERO durante a execução da reforma da sede administrativa, minimizando os impactos decorrentes das obras e reduzindo os riscos à saúde, segurança e integridade física dos colaboradores, médicos, usuários e prestadores de serviços.

O plano foi elaborado considerando os riscos apontados na Matriz de Riscos da contratação e no Parecer Técnico nº 02/2026 – Estúdio Panto Arquitetura Ltda.

2. JUSTIFICATIVA

A reforma da sede do CREMERO contempla serviços de grande porte e alta complexidade, incluindo demolições, substituição das instalações elétricas e hidrossanitárias, troca de esquadrias, reforma do sistema de climatização, execução de nova fachada, intervenções estruturais e substituição de pisos e cobertura.

O Parecer Técnico elaborado pela empresa responsável pelos projetos e fiscalização técnica da obra concluiu que a execução da reforma concomitantemente ao funcionamento regular do edifício apresenta riscos relevantes relacionados a:

- exposição à poeira e agentes químicos;
- acidentes de trabalho;
- ruídos excessivos;
- riscos elétricos;
- comprometimento das rotas de circulação;
- danos ao patrimônio institucional;
- interferência no funcionamento administrativo;
- riscos ergonômicos e sanitários.

Apesar da recomendação técnica de desocupação integral do prédio, a Presidência/Diretoria do CREMERO adotará medidas mitigadoras e operacionais visando reduzir ao máximo a permanência de pessoas na edificação durante a execução da obra.

Importante destacar que o engenheiro/arquiteto responsável pela análise técnica dos riscos acrescentou nos documentos técnicos e planilhas da contratação a necessidade

de que a empresa contratada disponibilize profissional Técnico de Segurança do Trabalho durante toda a execução da obra, visando acompanhamento contínuo, orientações preventivas, fiscalização das condições de segurança e mitigação dos riscos operacionais.

3. MEDIDAS OPERACIONAIS ADOTADAS

3.1 Desocupação Parcial da Edificação

Como medida preventiva:

Todo o pavimento superior da sede será integralmente desocupado durante a execução da obra;

Parte do pavimento térreo também será desocupada, permanecendo isolada até a área de entrada/hall principal;

Será realizada reunião técnica prévia entre a Administração, fiscalização e empresa contratada para definição das delimitações físicas da obra, fluxos operacionais e áreas de circulação permitidas.

3.2 Separação de Acessos e Circulação

Visando reduzir riscos de acidentes e interferências entre os serviços da obra e as atividades institucionais:

Serão definidos acessos independentes para:

trabalhadores da obra;

colaboradores do CREMERO;

médicos, conselheiros e usuários externos.

As áreas de circulação serão devidamente:

sinalizadas;

delimitadas;

isoladas por barreiras físicas e tapumes;

controladas pela fiscalização da obra.

As rotas de fuga e saídas de emergência deverão permanecer permanentemente desobstruídas.

Os serviços que podem realizados de forma on-line os colaboradores irão orientar o uso do médico exclusivo por la.

4. REGIME DE ESCALA E HOME OFFICE

Com o objetivo de minimizar a quantidade de pessoas no prédio durante o período da reforma, os setores administrativos funcionarão em regime de escala e parcialmente em home office, conforme necessidade de cada setor e deliberação da Administração.

As medidas incluem:

redução do quantitativo diário de colaboradores presenciais;

revezamento entre servidores e colaboradores;
 priorização de atividades remotas;
 utilização de meios digitais para reuniões e atendimento interno;
 reorganização operacional dos setores.

A adoção do sistema de escala busca reduzir exposição aos riscos inerentes à obra, especialmente aqueles relacionados a ruídos, poeira, circulação de materiais e interferências operacionais.

5. UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS ALTERNATIVOS

Além das áreas remanescentes da sede principal, serão utilizadas duas salas localizadas no anexo externo do CREMERO, afastadas do prédio principal, visando:

acomodação temporária de setores administrativos;
 redução da concentração de pessoas na área em reforma;
 manutenção das atividades essenciais;
 melhoria das condições de segurança e conforto operacional.

Os setores que forem deslocados para o anexo serão definidos conforme cronograma físico da obra e necessidade operacional.

Os banheiros do anexo serão de uso exclusivo dos colaboradores e visitantes.

6. SEGURANÇA DO TRABALHO E MEDIDAS PREVENTIVAS

6.1 Técnico de Segurança do Trabalho

Conforme previsto nos documentos técnicos da contratação, a empresa contratada deverá disponibilizar profissional Técnico de Segurança do Trabalho durante toda a execução da obra, responsável por:

orientar trabalhadores e colaboradores;
 fiscalizar condições de segurança;
 acompanhar atividades de risco;
 garantir cumprimento das Normas Regulamentadoras;
 monitorar utilização de EPIs e EPCs;
 atuar preventivamente em situações de risco.

6.2 Medidas de Controle e Mitigação

Serão adotadas as seguintes medidas preventivas:

isolamento físico das áreas em obra;
 utilização de tapumes, divisórias e sinalizações;
 controle de poeira e resíduos;
 programação prévia de desligamentos elétricos e hidráulicos;

restrição de acesso às áreas operacionais;
fiscalização contínua da obra;
reuniões periódicas entre Administração e empresa contratada;
acompanhamento técnico e emissão de relatórios de fiscalização.

7. PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS

Conforme Parecer Técnico e Matriz de Riscos, permanecem como riscos relevantes durante a execução da obra:

acidentes de trabalho;
dispersão de poeira;
ruídos e vibrações;
riscos elétricos;
interrupções temporárias de energia e água;
interferência nas atividades administrativas;
riscos ergonômicos e sanitários;
danos ao patrimônio institucional.

As medidas estabelecidas neste plano possuem caráter mitigador e preventivo, não eliminando integralmente os riscos inerentes à execução da obra.

8. PROCEDIMENTOS EM CASO DE EMERGÊNCIA

Em caso de acidente, princípio de incêndio, risco estrutural ou situação que coloque em risco a integridade das pessoas:

A área deverá ser imediatamente isolada;
O Técnico de Segurança do Trabalho deverá ser acionado;
A Administração será comunicada imediatamente;
Havendo necessidade, será realizada evacuação parcial ou total do prédio;
Os órgãos competentes poderão ser acionados.

9. RESPONSABILIDADES

Administração do CREMERO

Compete à Administração:

acompanhar a execução do plano;
promover o funcionamento em escala;
definir setores em home office;
fiscalizar a execução contratual;
garantir comunicação interna sobre riscos e procedimentos.

Empresa Contratada

Compete à empresa contratada:

cumprir integralmente as normas de segurança;
disponibilizar Técnico de Segurança do Trabalho;
promover isolamento das áreas de obra;
controlar riscos operacionais;
orientar trabalhadores quanto às medidas preventivas.

Colaboradores e Usuários

Compete aos colaboradores:

respeitar áreas interditadas;
seguir orientações de segurança;
cumprir as escalas estabelecidas;
comunicar situações de risco à Administração.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Plano de Contingência poderá ser revisado e atualizado durante a execução da obra, conforme necessidade operacional, evolução dos serviços e recomendações técnicas da fiscalização.

As medidas aqui estabelecidas têm por finalidade reduzir os impactos da reforma, garantir a continuidade mínima das atividades institucionais e preservar a segurança dos colaboradores, médicos, usuários e trabalhadores envolvidos na execução da obra.

Em caso de serviços a ser realizado durante a obra e o técnico do trabalho informar que durante esta execução não pode ter ninguém no prédio o mesmo será encaminhado ao Presidente para evacuação enquanto não finalizar.



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Cuadal Soares, Presidente**, em 27/05/2026, às 18:35, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4301780** e o código CRC **2C4EBE5D**.

Referência: Processo SEI nº 25.22.000002650-0 | data de inclusão: 27/05/2026

Ofício nº 001/2026

Porto Velho/RO, 28 de maio de 2026

Assunto: Esclarecimento sobre Serviços de Sondagem e Responsabilidades da Empresa Contratada – Item 4.1 da Planilha Orçamentária – Reforma CREMERO.

Prezados Senhores,

Em atenção ao processo licitatório referente à Reforma e Adequação do Edifício-Sede do Conselho Regional de Medicina de Rondônia – CREMERO, localizado no município de Porto Velho/RO, o Estúdio Panto Arquitetura, na qualidade de empresa responsável pela elaboração dos projetos e documentos técnicos da obra, vem por meio do presente expediente prestar esclarecimento acerca dos serviços de sondagem do solo necessários à execução das fundações.

Conforme disposto na Planilha Orçamentária Unificada, o Item 4.1 – Composição Paramétrica Execução de Estruturas de Concreto Armado, para Edificação Habitacional Unifamiliar com Dois Pavimentos, FCK = 25 MPa (SINAPI 104485) – contempla, em sua composição paramétrica, todos os serviços e insumos necessários à plena execução das estruturas de fundação e superestrutura da obra, incluindo, neste escopo, os serviços de investigação geotécnica do solo (sondagem).

Nesse sentido, esclarece-se que os serviços de sondagem – a exemplo de sondagem a percussão (SPT), sondagem rotativa ou outros ensaios geotécnicos que se fizerem necessários ao correto dimensionamento e execução das fundações – estão ENGLOBADOS no Item 4.1 da planilha orçamentária, sendo de inteira responsabilidade técnica e financeira da empresa contratada a sua execução.

Tal determinação decorre do fato de que a composição paramétrica referenciada no SINAPI pressupõe que a empresa executora realize todos os levantamentos e investigações preliminares indispensáveis ao dimensionamento seguro das estruturas, cabendo ao engenheiro calculista por ela contratado definir a profundidade, o tipo e a quantidade de furos de sondagem necessários à

ESTÚDIO PANTO ARQUITETURA

Arquitetura e Projetos – Porto Velho / RO

adequada caracterização do perfil geotécnico do terreno onde serão implantadas as fundações.

Ressalta-se que a ausência ou insuficiência dos serviços de sondagem não poderá ser alegada como justificativa para pleitos de aditamento contratual de valor ou prazo, uma vez que tais serviços integram o escopo original do Item 4.1 e seus custos já estão incorporados ao preço contratado.

Em complemento, reitera-se que as intervenções estruturais da obra deverão ser acompanhadas por Engenheiro Calculista devidamente habilitado, contratado pela empresa executora, o qual deverá utilizar os resultados das sondagens realizadas para elaboração e/ou revisão do Projeto Estrutural definitivo, conforme também previsto na planilha orçamentária e no Memorial Descritivo da obra.


Diante do exposto, ficam os licitantes e a futura empresa contratada cientes de que:

- I. Os serviços de sondagem do solo estão ENGLOBADOS no Item 4.1 da Planilha Orçamentária Unificada da Reforma CREMERO;
- II. Os custos integrais de mobilização, execução, emissão de laudos e demais despesas relativas à sondagem são de RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA EMPRESA CONTRATADA;
- III. Os resultados da sondagem deverão ser entregues ao CREMERO antes do início dos serviços de fundação;
- IV. Não serão reconhecidos pleitos de aditamento de valor ou prazo motivados pela ausência de sondagem ou por incompatibilidade entre as condições do solo e as estimativas da empresa contratada.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

ESTUDIO PANTO ARQUITETURA
LTDA:20872722000143

 Assinado de forma digital por ESTUDIO PANTO
ARQUITETURA LTDA:20872722000143
Dados: 2026.05.28 15:08:39 -04'00'

Arq. Sávio Oliveira Rego
Responsável Técnico

ESTÚDIO PANTO ARQUITETURA

Arquitetura e Projetos – Porto Velho / RO

Estúdio Panto Arquitetura